

DIÁLOGO GLOBAL

14.3

3 edições por ano em vários idiomas

Conversando sobre sociologia
com Geoffrey Pleyers

Breno Bringel

100º aniversário da
Sociedade Japonesa
de Sociologia

Yoshimichi Sato
Chikako Mori
Masako Ishii-Kuntz
Naoki Sudo

Rumo a novos
manifestos políticos
internacionalistas

ADELANTE – Diálogo de processos globais
Internacional progressista
Pacto ecossocial e intercultural do Sul
Convergências de alternativas
socioecológicas na Nigéria
ReCommons Europa

Perspectivas
teóricas

Lidia Becker
Christine Hatzky

“openMovements”

John Feffer
Hamza Hamouchène
Marta Romero-Delgado
Andy Eric Castillo Patton
Gomer Betancor Nuez

Seção aberta

> **Reconstruindo as teorias da dependência**

REVISTA



VOLUME 14 / NÚMERO 3 / DEZEMBRO 2024
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

GD

International
Sociological
Association
isa



> Editorial

Esta edição da *Diálogo Global* abre com uma entrevista com Geoffrey Pleyers, atual presidente da ISA, eleito no XX Congresso Mundial de Sociologia da ISA em Melbourne. Em nossa seção regular “Falando de Sociologia”, Pleyers compartilha algumas de suas contribuições para o estudo dos movimentos sociais, seus pontos de vista sobre a sociologia global e suas perspectivas sobre o mundo contemporâneo e o papel da sociologia.

A primeira seção temática celebra os 100 anos da Sociedade Japonesa de Sociologia. Seu presidente, Yoshimichi Sato, e vários membros de sua diretoria traçam as diferentes etapas da sociologia japonesa em relação à institucionalização dessa entidade. Uma ênfase especial é dada às conexões globais, às tendências recentes da sociologia japonesa e à internacionalização.

A segunda seção temática é dedicada aos manifestos políticos contemporâneos. Manifestos são ferramentas coletivas amplamente utilizadas para posicionar ideias ou programas publicamente. Podem ser entendidos como indicadores do presente, combinando muitas vezes o diagnóstico de conjunturas históricas e críticas, a interpretação da realidade sociopolítica e a procura de alternativas. Numa época de profundo mal-estar civilizacional e de crise de projetos alternativos, esta seção reúne cinco manifestos políticos internacionalistas que procuram oferecer propostas e horizontes para a mudança social e política. Alguns são mais globais, enquanto outros são mais regionais, centrando-se em casos africanos, latino-americanos e europeus. Todos sugerem caminhos possíveis para reorganizar os processos de mobilização popular, além de agendas relevantes de curto e médio prazo.

O artigo teórico, escrito por Lidia Becker e Christine Hatzky, parte de um diagnóstico provocativo: nas últimas décadas, diferentes ramos da teoria social (como os estudos pós-coloniais e de gênero) exploraram amplamente categorias de diferença, mas negligenciaram o reconhecimento de semelhanças. Em consonância com os debates recentes sobre a pluriversidade e as novas ontologias, os autores tentam conceber uma agenda de investigação que considere a interconectividade, as convergências, as analogias e as simultaneidades para avançar um conceito relacional de semelhança.

A seção “openMovements” aborda duas questões altamente atuais: por um lado, os recentes protestos contra dois governos autoritários (em Bangladesh e na Venezuela) e os seus respectivos resultados; por outro lado, a relação entre o genocídio em curso na Palestina e a justiça climática global. A seção também inclui uma avaliação das transformações dos movimentos sociais na Espanha ao longo das últimas duas décadas. Finalmente, a “Seção Aberta” discute a importância de reconstruir intelectualmente as teorias da dependência, revisitando as suas raízes e atualizando as suas contribuições.

Esperamos que você tenha gostado das três edições deste ano. Em 2025, a *Diálogo Global* celebrará seu décimo quinto aniversário. Será uma oportunidade única para fazer um balanço do estado da sociologia pública e global e fortalecer os laços entre iniciativas de diferentes regiões do mundo. ■

Breno Bringel, editor da *Diálogo Global*

> A *Diálogo Global* pode ser encontrada em vários idiomas em [seu site](#).

> Submissões devem ser enviadas para : globaldialogue@isa-sociology.org.

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**

> Equipe editorial

Editor: Breno Bringel.

Editores assistentes: Vitória Gonzalez, Carolina Vestena.

Editor associado: Christopher Evans.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultores: Michael Burawoy, Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores regionais

Mundo Árabe: (*Libano*) Sari Hanafi, (*Tunísia*) Fatima Radhouani, Safouane Trabelsi.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchissio.

Bangladesh: Habibul Khondker, Khairul Chowdhury, Bijoy Krishna Banik, Shaikh Mohammad Kais, Abdur Rashid, Mohammed Jahirul Islam, Rasel Hussain, Md. Shahidul Islam, Helal Uddin, Masudur Rahman, Yasmin Sultana, Ruma Parvin, Rashed Hossain, Ekramul Kabir Rana, Farheen Akter Bhuian, Khadiza Khatun, Arifur Rahaman, Md. Shahin Aktar, Suraiya Akhter, Alamgir Kabir, Taslima Nasrin.

Brasil: Fabrício Maciel, Andrea Galli, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes, Ricardo Nóbrega.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Manish Yadav.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Elham Shushtarizade, Ali Ragheb.

Polónia: Aleksandra Biernacka, Anna Turner, Joanna Bednarek, Sebastian Sosnowski.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Bianca-Elena Mihăilă.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: WanJu Lee, Yun-Hsuan Chou, Zhi Hao Kerk, Chien-Ying Chien, Yi-Shuo Huang, Mark Yi-Wei Lai, Yun-Jou Lin, Tao-Yung Lu, Ni Lee.

Turquia: Gül Çorbacıoğlu, Irmak Evren.



Na seção “Falando de sociologia”, Breno Bringel conversa com **Geoffrey Pleyers** sobre sociologia global, o mundo contemporâneo e o papel da sociologia.



A seção temática “100º Aniversário da Sociedade Sociológica Japonesa” celebra o centenário da institucionalização da sociologia japonesa. (Crédito: Guillermo Gavilla, no Pixabay.)



A seção temática “Rumo a novos manifestos políticos internacionalistas” reúne cinco manifestos que buscam oferecer propostas e horizontes de mudança social e política.

Crédito para a capa: Pixabay.



Diálogo Global é possível graças a um generoso subsídio da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Sociologia global em tempos de policrise. Uma entrevista com Geoffrey Pleyers

por Breno Bringel, Brasil/Espanha 5

> 100º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE JAPONESA DE SOCIOLOGIA

Sociologia japonesa e a Sociedade Japonesa de Sociologia: uma breve história

por Yoshimichi Sato, Japão 8

Sociologia japonesa e suas conexões globais

por Chikako Mori, Japão 10

Desafios para a divulgação global da pesquisa sociológica japonesa

por Masako Ishii-Kuntz, Japão 12

Tendências recentes na sociologia japonesa

por Naoki Sudo, Japão 14

> RUMO A NOVOS MANIFESTOS POLÍTICOS INTERNACIONALISTAS

Manifesto sobre crises globais e alternativas radicais

por ADELANTE – Diálogo de processos globais 16

Internacionalismo ou extinção

por Internacional Progressista 18

Declaração de Bogotá: rumo a um pacto com a Terra

por Pacto Ecosocial e Intercultural do Sul 20

Manifesto por alternativas socioecológicas na Nigéria

por Convergências de alternativas socioecológicas na Nigéria 25

Manifesto por um novo internacionalismo popular na Europa

por ReCommons Europe 30

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Além da diferença: semelhança em um mundo pluriversal

por Lidia Becker e Christine Hatzky, Alemanha 32

> “OPEN MOVEMENTS”

Protestos na Venezuela e em Bangladesh: quando os autocratas desistem?

por John Feffer, EUA 35

Justiça climática global e libertação palestina

por Hamza Hamouchène, Argélia/Holanda 38

Movimentos sociais na Espanha: duas décadas de transformações

por Marta Romero-Delgado, Andy Eric Castillo Patton e Gomer Betancor Nuez, Espanha 40

> SEÇÃO ABERTA

Reconstruindo as teorias da dependência

por André Magnelli, Felipe Maia e Paulo Henrique Martins, Brasil 42

“O capitalismo sempre foi um sistema de custos não pagos. Os custos são sistematicamente externalizados e transferidos para outro lugar.”

Hamza Hamouchène

> Sociologia global em tempos de polícrise

Uma entrevista com Geoffrey Pleyers, presidente da ISA



Geoffrey Pleyers é Diretor de Pesquisa do FNRS na Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Ele está ativamente envolvido na Associação Internacional de Sociologia (ISA) desde 2006. Presidiu o Comitê de Pesquisa da ISA sobre Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47) de 2014 a 2018 e atuou como Vice-Presidente de Pesquisa da ISA de 2018 a 2023. Em julho de 2023, foi eleito presidente da ISA para 2023 a 2027. Ele é entrevistado aqui por **Breno Bringel**, Professor de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, editor da Diálogo Global e colaborador regular do Prof. Pleyers.

Crédito: Associação Sociológica Internacional.

Breno Bringel (BB): Os estudiosos dos movimentos sociais estão familiarizados com suas contribuições sobre o ativismo e os movimentos globais. No entanto, um aspecto muito relevante do seu trabalho é ultrapassar as fronteiras de um campo de estudo especializado para repensar as ligações entre os movimentos sociais e a sociologia geral. Com base em suas contribuições empíricas, você pode contar mais aos nossos leitores sobre essa perspectiva?

Geoffrey Pleyers (GP): Os movimentos sociais são um tema cativante para estudar a sociedade e a mudança social. Eles são tanto produtos quanto produtores da sociedade. Refletem mudanças emergentes nos valores e nas formas de convivência, por exemplo, com a sua utilização inovadora de novas ferramentas de comunicação ou o processo de individualização. Eles também tentam transformar a sociedade. Alertam-nos para os seus problemas e mudam a forma como vemos a sociedade, o mundo e a vida em coletividade. Isto aplica-se aos movimentos progressistas e reacionários que ganharam in-

fluência e conseguiram difundir a sua visão do mundo e os seus valores em muitos países. Quanto à mudança social, nunca é tão rápida ou tão linear como os atores sociais – e muitos sociólogos – desejam. Este é o principal argumento do meu último livro, [El cambio nunca es lineal. Movimientos sociales en tempo polarizados](#) (em espanhol, CLACSO, agosto de 2024), com base em análises da revolta social de 2019 no Chile, dos movimentos e da solidariedade durante a pandemia e dos movimentos religiosos progressistas e conservadores no Brasil. Compreender os movimentos sociais contemporâneos e os seus papéis exige abandonar a ilusão de uma relação simples e linear entre a crise e a mudança social e entre a ação dos movimentos sociais, a mudança política e a mudança social. Tanto o entusiasmo daqueles que anunciam uma mudança radical na sociedade assim que surge um movimento como o pessimismo daqueles que reduzem as explosões a ilusões coletivas de uma minoria da população precisam de ser qualificados. A mudança social é um caminho complexo que passa pela

>>

euforia de partilhar raiva, sonhos e solidariedade com milhares de cidadãos e pelas decepções de alguns processos eleitorais que raramente refletem a profundidade da mudança social e cultural impulsionada pelos movimentos sociais.

BB: Você frequentemente discute a sociologia global teoricamente, mas também a prática e a constrói. Como a perspectiva global aparece em sua trajetória, desde suas primeiras pesquisas sobre o movimento alterglobalização até seu trabalho mais recente?

GP: Cresci em uma vila longe das grandes cidades globais. Meus pais não tiveram oportunidade de concluir o ensino médio e viajamos muito pouco. No entanto, aquela vila é um caldeirão intercultural na fronteira entre a Bélgica, os Países Baixos e a Alemanha. Raízes locais e um dialeto local se combinam com a abertura a outras culturas, línguas, tradições e histórias.

Uma nova vida começou quando me mudei para Paris, para o centro fundado por Alain Touraine e dirigido por Michel Wieviorka. Foi um ambiente internacional estimulante, com investigadores de todos os continentes e muitos da América Latina. Dediquei minhas teses de mestrado e doutorado ao movimento pela justiça global, ou “alterglobalização”. Participei dos primeiros sete Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre, Mumbai, Bamako e Nairóbi. Eles reuniram até 180 mil ativistas de todo o mundo. Desde que descobri a América Latina e os seus movimentos sociais, o diálogo com os meus colegas e amigos de lá continua a ser fundamental. Aprendi muito com as tentativas de organização horizontal e mais democrática por parte deste movimento. Visitei o México e aprendi muito com o movimento indígena zapatista, que continua sendo uma das minhas principais inspirações a nível pessoal e profissional e na minha função na ISA. Após meu doutorado, realizei algumas pesquisas em Bangalore, na Índia, e fiz pós-doutorado na Universidade de Nova York. Também continuei viajando e pesquisando pela Europa, estudando principalmente os movimentos ambientalistas e os movimentos sociais pós-2011.

BB: Parece que o imaginário de “outro mundo é possível” deu lugar a outro, o de “outro fim do mundo é possível”. Uma nova distopia “não há alternativa” está surgindo em todo o mundo. Enfrentamos enormes desafios, como a policrise civilizacional, a deterioração da democracia, a normalização do autoritarismo, o aprofundamento do militarismo e da cultura de guerra, a emergência climática e a superação dos limites planetários. Como você avalia esse cenário?

GP: Cada geração de sociólogos considera que vive um momento crucial da história, uma crise sem precedentes que determinará o futuro da humanidade. Não somos exceção. Vivenciamos e analisamos nossos tempos como um emaranhado de crises interligadas, uma “policrise”,

também interpretada como uma “crise de civilização”, como mostram os estudiosos latino-americanos e o recente livro que você editou. A modernidade tem sido vivida como uma sucessão de crises. No entanto, desta vez, não é apenas o futuro da humanidade que está em jogo, mas também do nosso planeta. “Como viver coletivamente em um planeta limitado” é a questão central deste século. A sociologia deve ajudar a resolvê-la, e é por isso que a nossa Vice-Presidente de Investigação, Allison Loconto, escolheu “Conhecendo a Justiça no Antropoceno” como tema para o Fórum em Rabat em 2025, e eu propus “Sociologia Global em um Planeta Limitado” para o Congresso Mundial de 2028 em Gwangju, Coreia do Sul.

As alterações climáticas e a destruição da natureza aceleraram, mas não começaram na nossa época. Elas estão enraizadas na forma de ver o mundo e de organizar a vida e a sociedade que melhorou os padrões de vida de grande parte da humanidade a um ritmo sem precedentes e a um nível sem paralelo. Contudo, esse sucesso da modernidade destruiu a natureza. Apesar da crescente emergência climática, continuamos a destruí-la a um ritmo acelerado. Enfrentamos uma responsabilidade histórica à medida que uma série de limiares e pontos sem retorno são ultrapassados, destruindo o equilíbrio dos ciclos naturais com consequências nos séculos vindouros. E, no entanto, individual e coletivamente, continuamos a viver como se não fosse esse o caso. Existem poucos motivadores para uma mudança tão urgentemente necessária.

Na verdade, em muitos domínios, parecemos caminhar na direção oposta, com a ascensão do autoritarismo, do racismo, das guerras e de atores reacionários movidos por visões polarizadas do mundo, além do retrocesso em relação à ecologia e às tímidas medidas que foram adotadas. A ascensão do autoritarismo também ameaça as ciências sociais. Estou profundamente preocupado com as ameaças contra a liberdade acadêmica. Todas as semanas somos informados sobre sociólogos que foram ameaçados, suspensos ou reprimidos por causa de suas pesquisas, suas críticas a um líder nacionalista ou por contextualizarem a guerra em Gaza em seu contexto histórico e geopolítico. É urgente nos organizarmos melhor, apoiar nossos colegas e solicitar que os governos protejam (e, em muitos casos, parem de atacar) a liberdade acadêmica e deixem de atacar sociólogos e cientistas.

As ameaças à liberdade acadêmica também vêm de alguns atores dentro da própria academia. Exigimos que toda universidade, fundação e instituição atuante nas ciências sociais pare de discriminar colegas que realizam pesquisas sobre tópicos específicos ou com determinadas populações, ou que expressam sua oposição à guerra, à violência e à repressão.



BB: Este é um cenário sombrio.

GP: Sim, mas isso é apenas parte da realidade. Ao mesmo tempo, em diferentes regiões do mundo, testemunhamos inovações sociais, econômicas e políticas promissoras: as mobilizações e ações concretas de uma “geração climática” e, numa escala de tempo mais longa, a ascensão de uma consciência global e uma relação diferente com o mundo, com nós mesmos e com a natureza – da qual fazemos parte.

Vivemos tempos complexos, em um mundo cada vez mais interconectado em diversos níveis, notadamente pelo mundo digital, por um sistema econômico e financeiro global, e pela influência de alguns milhares de super-ricos que concentram uma parcela crescente da riqueza. A crescente interdependência também resulta do impacto global da contaminação, das emissões de gases de efeito estufa e da destruição da natureza.

BB: Como você vê o papel da sociologia diante desses desafios, do cenário sombrio emergente e dessa polícrise?

GP: As transformações do mundo nas últimas décadas e o surgimento de novas perspectivas críticas abalaram profundamente a sociologia. A disciplina foi fundada no auge da modernidade industrial, quando a natureza e o crescimento econômico pareciam ilimitados, os Estados-nação estavam consolidados e os homens brancos ocidentais eram considerados os líderes da história mundial. De fato, eles estavam liderando a sociologia, e sua maneira de pensar sobre o mundo permaneceu enraizada em muitos de nossos conceitos e teorias.

Isso significa que a sociologia está em crise? A crise da sociologia tem se repetido indefinidamente desde a década de 1970. Lendo e conhecendo sociólogos de diferentes continentes, tenho exatamente a impressão oposta: acredito que vivemos tempos extraordinários para a sociologia. Desde o início do século, nossa disciplina passou por transformações significativas que a regeneraram. Os principais desenvolvimentos decorreram de uma maior abertura da disciplina a perspectivas críticas que surgiram na fronteira da disciplina ou fora dela, muitas vezes com uma postura crítica contra ela. Nas últimas décadas, a sociologia tornou-se mais aberta a estas perspectivas críticas; abriu mais espaço para o diálogo com diferentes pensamentos, estudos, áreas geográficas e teorias, resultando em diálogos críticos, mas frutíferos, e em novas formas de pensar o mundo e a sociologia. Graças às contribuições das abordagens feministas e interseccionais, dos estudos subalternos, pós-coloniais e das perspectivas e epistemologias do Sul, abriram-se novos diálogos e novas vozes foram ouvidas. Esses diálogos tiveram um impacto transformador. Revisitamos a história da nossa disciplina, seus cânones e alguns de seus principais vieses.

Ainda há muito a ser feito. No entanto, devemos aproveitar a amplitude do que foi alcançado durante o primeiro quartel do século XXI. Quando eu era estudante, a história da sociologia era resumida nas contribuições

de alguns estudiosos ocidentais. Hoje não é mais possível ensiná-la sem dedicar uma sessão ao W.E.B. Du Bois, discutir desigualdades sem integrar perspectivas de gênero e interseccionalidade, ou apresentar teorias contemporâneas sem fazer referência a contribuições cruciais do Sul Global. Reconhecer as contribuições e perspectivas de outros investigadores abre diferentes portas para revisitar a nossa disciplina, formular perguntas diferentes e, acima de tudo, ter uma melhor compreensão do nosso mundo, dos seus desafios e alternativas que possam torná-lo mais justo e sustentável. Como mencionei em uma edição anterior da *Diálogo Global* (13.3), isso reconhece as contribuições essenciais de sociólogos ocidentais passados e atuais: “A sociologia global não pode permanecer enraizada em universidades e cânones ocidentais que se apresentavam como universais, nem se limitar à crítica desta sociologia ocidental.”

BB: Quais são algumas das principais questões que precisamos abordar hoje? Estamos em boa posição para fazê-lo?

GP: A ascensão do autoritarismo e de atores reacionários, por um lado, e as alterações climáticas e o colapso ecológico, por outro, exigem que repensemos nosso mundo (e na nossa disciplina) de forma diferente e que contribuamos de forma eficaz com soluções criativas para enfrentar os desafios de nosso tempo. A tarefa é imensa. No entanto, também dispomos de novos recursos para atender a essa necessidade.

A ascensão do mundo digital e agora da inteligência artificial traz novos desafios. Também nos dá acesso a grandes quantidades de dados e ferramentas analíticas muito mais poderosas. Um recurso ainda mais importante é a melhor integração do conhecimento, das análises e das contribuições de investigadores de todas as regiões do mundo. Em muitos aspectos, a sociologia é mais aberta, criativa e sólida do que no início do século. Estamos mais bem equipados para contribuir para a compreensão do mundo e ajudar a enfrentar os desafios do nosso tempo. A primeira parte do século XXI é um momento empolgante para ser sociólogo.

BB: Como a Diálogo Global pode contribuir para superar esses bloqueios?

GP: A *Diálogo Global* é uma plataforma única porque permite que questões complexas que afetam todos os continentes sejam explicadas em pequenos artigos baseados no conhecimento aprofundado das realidades locais e em análises rigorosas, mas acessíveis a um público de investigadores, estudantes e cidadãos. Esta é a sociologia global e pública que promovemos desde que Michael Burawoy fundou a revista.

Cada edição da *Diálogo Global* nos mostra que “global” não é uma escala que paira acima das realidades locais (isso seria “globalismo metodológico”). Ao contrário, a sociologia global se baseia nas contribuições de sociólogos de todas as regiões do mundo. ■

> Sociologia japonesa e a Sociedade Japonesa de Sociologia: uma breve história

por **Yoshimichi Sato**, Universidade de Ciência Avançada de Kyoto, Japão e Presidente da Sociedade Japonesa de Sociologia



第97回 日本社会学会大会
2024年11月9~10日
於 京都産業大学

 The Japan Sociological Society

Crédito: Sociedade Sociológica do Japão.

Descreverei brevemente a história da sociologia japonesa e da Sociedade Japonesa de Sociologia (JSS) da minha perspectiva, porque está além da minha capacidade cobrir todos os detalhes de sua história ao longo de mais de cem anos.

> Fundações com o objetivo de melhorar a sociedade japonesa

A JSS foi criada em 1924, mas os sociólogos japoneses começaram a realizar pesquisas sociológicas antes disso. Assim como Auguste Comte concebeu a reconstrução da sociedade francesa após a Revolução Francesa, os sociólogos japoneses imaginaram a forma como a sociedade japonesa seria e deveria ser estruturada após a Restauração Meiji. Apoiaram-se fortemente no pensamento de Herbert Spencer, mas o interpretaram de duas formas diferentes – conservadorismo e liberalismo – dependendo de suas posições políticas, como sugerido por [Akimoto](#).

A sociologia japonesa tem se esforçado para refletir as realidades sociais da sociedade japonesa e para resolvê-las. Questões sociais importantes na sociedade japonesa do período pré-guerra eram problemas traba-

listas, pobreza e nacionalismo, para citar alguns; e os sociólogos japoneses os estudaram em detalhes, na esperança de melhorar a sociedade japonesa. Embora a sociologia japonesa pré-guerra tenha sido fortemente influenciada pela sociologia europeia, Yasuma Takada, um gigante na história da sociologia japonesa, estabeleceu uma teoria original que se concentra nos laços sociais como a base da sociologia. Sua intenção era tornar a sociologia um campo independente nas ciências sociais. A originalidade de sua teoria foi altamente valorizada pelos sociólogos japoneses contemporâneos, e seu trabalho se tornou um marco na sociologia japonesa pré-guerra.

> Pós-Segunda Guerra Mundial: modernização e teorias marxistas

Após a Segunda Guerra Mundial, os sociólogos japoneses herdaram um legado teórico de grandes sociólogos do pré-guerra, como Yasuma Takada, Teizo Toda e Eitaro Suzuki. Enquanto isso, segundo Tominaga em seu livro *Sociology of Postwar Japan*, eles conduziram investigações sociológicas em campos específicos, como sociologia da família, sociologia rural, sociologia urbana e sociologia industrial. Isso levou à fragmentação da so-

>>

ciologia japonesa. Em resposta a esta situação, surgiram duas correntes teóricas: a teoria da modernização e a teoria marxista.

A teoria da modernização foi influenciada pelo funcionalismo estrutural proposto por Talcott Parsons e seus colaboradores. Ela concentrou-se nos efeitos da modernização e industrialização em vários segmentos da sociedade. A teoria marxista também estudou os efeitos da modernização e da industrialização, mas a sua perspectiva analítica era diferente da teoria da modernização: concentrava-se principalmente nos efeitos da estrutura de classes. Isso veio da teoria de Marx sobre a contradição entre forças de produção e relações de produção.

A teoria da modernização tornou-se popular enquanto a sociedade japonesa desfrutava de um forte crescimento econômico (1955-1973); ela retratou a realidade da sociedade japonesa da época e previu com otimismo seu futuro brilhante. No entanto, perdeu a sua popularidade por várias razões: não conseguiu explicar as estagnações sociais e econômicas no Japão após o colapso da bolha econômica; nem todos os países do mundo seguiram a trajetória que ela previa. A teoria marxista também atraiu muitos sociólogos japoneses. Eles observaram problemas sociais causados por conflitos entre diferentes grupos da sociedade, como aquele entre capitalistas/empregadores e trabalhadores/empregados e aquele entre grandes empresas e residentes locais no caso da poluição. No entanto, a sua influência também enfraqueceu por diferentes razões, tais como a ascensão da Nova Esquerda e o colapso da União Soviética e do Bloco de Leste.

> **Novos rumos, influência americana e a pesquisa SSM**

Após o enfraquecimento das teorias da modernização e marxistas, teve início a chamada era multiparadigma. Com isso, testemunhou-se o surgimento de excelentes teorias em vários campos: sociologia fenomenológica e sociologia com foco na sociedade da informação, globalização e Estados de bem-estar, para citar alguns.

Deve-se enfatizar que a sociologia japonesa do pós-guerra foi fortemente influenciada pela sociologia americana. Embora a sociologia europeia também tenha sido influente, o estilo americano de estudos empíricos – qua-

litativos e quantitativos – atraiu muitos sociólogos japoneses. Um dos principais estudos quantitativos é a “Pesquisa Nacional de Estratificação Social e Mobilidade Social”, conhecida como Pesquisa SSM. A primeira Pesquisa SSM foi realizada pela Sociedade Japonesa de Sociologia em 1955 em colaboração com um projeto internacional da ISA. Desde então, ela tem sido realizada a cada dez anos, com a próxima programada para 2025. Todos os conjuntos de dados da Pesquisa SSM estão disponíveis mediante solicitação no Arquivo de Dados das Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Tóquio.

> **Trajetória nacional e internacional**

A JSS evoluiu em conjunto com essa evolução da sociologia japonesa. Ela publica seu jornal oficial desde que foi criada em 1924. O nome do jornal mudou várias vezes; seu nome atual é *Japanese Sociological Review*, cujo primeiro volume foi publicado em 1950. Todos os artigos da *Japanese Sociological Review* estão [disponíveis on-line](#). Além da publicação da revista, a sociedade realiza reuniões anuais desde 1925. A 97ª reunião anual será realizada na Universidade Kyoto Sangyo em novembro de 2024 para comemorar o seu centenário. Um simpósio internacional especial será realizado durante a reunião com Geoffrey Pleyers, presidente da ISA, como palestrante convidado.

Deve-se mencionar também que a JSS tem sido ativa na arena internacional. Uma prova disso, como mencionado acima, é que a primeira pesquisa SSM foi realizada em colaboração com um projeto da ISA em 1955. A JSS publicou a primeira edição de seu jornal oficial em inglês, *International Journal of Japanese Sociology*, em 1992 e continuou a publicá-lo anualmente (o nome foi alterado para *Japanese Journal of Sociology* em 2022). Muitos sociólogos japoneses colaboraram com sociólogos internacionais e foram ativos na ISA; o evento mais importante que reflete as atividades internacionais da JSS foi o XVIII Congresso Mundial de Sociologia da ISA em Yokohama, em 2014. O congresso foi um grande sucesso graças ao apoio da ISA e das associações nacionais ao redor do mundo. Na década que se passou desde aquele congresso, a JSS entrou em uma nova fase de atividades internacionais em colaboração e cooperação com a ISA e associações nacionais. ■

Contato com: Yoshimichi Sato <sato.yoshimichi@kuas.ac.jp>

> Sociologia japonesa e suas conexões globais

por **Chikako Mori**, Universidade Doshisha, Japão



Crédito: Sociedade Sociológica do Japão.

As contribuições da sociologia japonesa para as discussões sociológicas globais são multifacetadas, o que torna desafiador avaliá-las de forma abrangente em um breve artigo. As contribuições assumem muitas formas em diferentes escalas, épocas e locais – por exemplo, [O trabalho de Chizuko Ueno na China](#) tem sido altamente influente – e não existe um consenso claro sobre como avaliá-las. Na verdade, as avaliações variam muito de acordo com a perspectiva do avaliador. O objetivo deste artigo não é, portanto, avaliar todas as contribuições, mas destacar os esforços feitos pela Sociedade Japonesa de Sociologia (JSS) e seus membros para se conectar e contribuir para discussões sociológicas em todo o mundo, promovendo o que Geoffrey Pleyers chama de “[diálogo global renovado](#)”.

> Do “centrismo ocidental” às tentativas de “internacionalização”

O desenvolvimento da sociologia japonesa, cuja história remonta à década de 1880, foi marcado desde o

início pelo seu eurocentrismo, [como Shigeto Sonoda aponta](#). A maioria das investigações sociológicas daquela época concentrava-se fortemente na aceitação, introdução e assimilação das teorias sociológicas ocidentais. No entanto, dentro da JSS, fundada em 1924, vozes se levantaram desde cedo clamando por uma maior conexão com a sociologia global. Como [Seiyama menciona](#), a JSS foi uma das oito primeiras associações nacionais de sociologia e se uniu à Associação Internacional de Sociologia (ISA) quando esta fez um apelo em 1950, um ano após sua fundação. Representando a JSS, Kunio Odaka participou do primeiro Congresso da ISA, e os trabalhos coletivos da Pesquisa Nacional de Estratificação Social e Mobilidade Social (SSM) que ele apresentou foram posteriormente referidos por Lipset e Bendix em 1959.

Vários membros da JSS continuaram a se engajar com a ISA, incluindo Yoshimichi Sato, que integrou seu Comitê Executivo (2010-14). O [relato de Hasegawa](#) nos mostra que esses esforços culminaram na bem-sucedida organização do XVIII Congresso da ISA em Yokohama,

>>

em julho de 2014, que atraiu mais de 6.000 participantes. É importante notar que esse caminho em direção à internacionalização seguido por atores-chave da JSS é claramente distinto do modelo de internacionalização do governo japonês, que visa melhorar as classificações internacionais. Como observou Shujiro Yazawa em 2011, quando [entrevistado por Michael Burawoy na *Diálogo Global*](#), a verdadeira internacionalização da sociologia envolve a criação de uma sociologia global situada dentro de uma sociedade global ou planetária, além do quadro do Estado-nação

> Foco na sociologia do Leste Asiático

Também foram feitos esforços significativos em nível regional. [Como observa Sonoda](#), várias associações – incluindo a Associação Sino-Japonesa de Sociologia – foram fundadas desde a década de 1980, com sociólogos japoneses participando cada vez mais em redes sociológicas mais amplas na Ásia, como a Associação Sociológica da Ásia-Pacífico (fundada em 1996) e a Associação de Pesquisa Social Asiática (fundada em 2010). Além disso, os programas de investigação internacionais conduzidos nos departamentos de sociologia das universidades nacionais têm desempenhado um papel importante no fortalecimento da cooperação com outros sociólogos asiáticos. Exemplos notáveis incluem programas liderados por Emiko Ochiai na Universidade de Kyoto e Yoshimichi Sato na Universidade de Tohoku.

A institucionalização dessas iniciativas também está tomando forma. A Conferência de Sociólogos do Leste Asiático, que começou em 2003, resultou na fundação da Associação Sociológica do Leste Asiático em outubro de 2017 – seu primeiro congresso foi realizado em março de 2019 na Universidade Chuo, em Tóquio. Essas trocas sociológicas do Leste Asiático deram origem a numerosas publicações, como *A Quest for East Asian Sociologies* (2014) e *Handbook of Post-Western Sociology: From East Asia to Europe* (2023). Essas iniciativas têm como objetivo contribuir para uma sociologia global que corresponda a “[uma sociologia mundial não hegemônica](#).”

> Novas iniciativas e desafios para a JSS

A JSS lançou diversas iniciativas para conectar discussões em nível global: a criação de *International Journal of Japanese Sociology* em 1992; painéis conjuntos baseados em acordos de intercâmbio com a Coreia do Sul (desde 2007), China (desde 2011) e Taiwan (desde 2015); bem como o estabelecimento do blog oficial em 2023 para [apresentar a sociologia japonesa em inglês](#). Outra iniciativa notável é o *Travel Award* (antigo *Travel Grant*, criado em 2008), que premia jovens pesquisadores de todo o mundo que queiram apresentar a sua pesquisa na Reunião Anual da JSS sobre um tema específico: “COVID-19 e Sociedade” na edição de 2022, e “Transnacionalismo em Contexto de Crises” na edição de 2023.



Tokyo, Japão. Crédito: Willian Justen de Vasconcelos, no Pexels.

Para a edição de 2024, aproveitando a participação de Geoffrey Pleyers no Encontro Anual da JSS nos dias 9 e 10 de novembro, o tema do *Travel Award* é “[descendendo a sociologia global](#).” Isso atraiu um número recorde de candidatos ao *Travel Award*. Embora tenham sido alcançados progressos significativos nos diálogos com os países da Ásia Oriental, os intercâmbios com o Sul Global e as suas epistemologias – como as perspectivas decoloniais ou subalternas – permanecem relativamente subdesenvolvidos. Para a JSS e os seus membros, a edição de 2024 da Reunião Anual apresenta uma oportunidade vital para se envolver plenamente no diálogo global e contribuir para uma sociologia global em sintonia com os nossos tempos. ■

Contato com: Chikako Mori <cmori@mail.doshisha.ac.jp>

> Desafios para a divulgação global da pesquisa sociológica japonesa

por **Masako Ishii-Kuntz**, Universidade Ochanomizu, Japão



Crédito: Sociedade Sociológica do Japão.

No início da minha carreira nos EUA, era raro encontrar acadêmicos e estudantes de pós-graduação japoneses quando participava de reuniões anuais da Associação Americana de Sociologia ou de outras conferências organizadas por diferentes associações profissionais. No entanto, esse cenário tem mudado continuamente, talvez desde os primeiros anos deste século, à medida que comecei a encontrar mais sociólogos do Japão em muitas reuniões profissionais nos EUA.

> Consolidação e quebra da barreira linguística

Esta tendência tornou-se muito mais evidente desde que o XVIII Congresso Mundial de Sociologia da ISA foi realizado em Yokohama em 2014. Ou seja, os sociólogos que vivem no Japão parecem ter um interesse mais aguçado em apresentar suas descobertas de pesquisa em

conferências globais, bem como em publicar seus artigos de pesquisa em periódicos de língua inglesa em todo o mundo. Um simples olhar sobre algumas estatísticas da ISA também revela essa mudança. De acordo com a ISA (2024), em 2010, o primeiro ano em que as estatísticas do Congresso foram disponibilizadas no site da ISA, 205 participantes do Japão compareceram ao Congresso na Suécia, representando o sétimo maior número de participantes. Esse número mais do que dobrou, chegando a 429, no Congresso de Yokohama em 2014. Depois disso, embora o número total de participantes do Japão tenha caído para 115 e 277 em Toronto (2018) e Melbourne (2023), respectivamente, os sociólogos do Japão foram comparativamente a quinta maior quantidade em Toronto e a quarta em Melbourne.

Essa é uma mudança bem-vinda não só para os sociólogos no Japão, mas também para os seus colegas





Tokyo, Japão. Crédito: Oscar M., no Pexels.

em diferentes países. Quando eu estava trabalhando na minha tese de doutorado nos EUA, em meados da década de 1980, era bastante difícil encontrar livros e artigos sociológicos sobre o Japão escritos em inglês. Assim, muitas vezes recorri à leitura de livros e outros documentos escritos em japonês. Embora tenha sido ótimo poder ler livros e artigos escritos em japonês, ao mesmo tempo senti que os resultados da pesquisa deveriam ser apresentados e lidos por muito mais sociólogos, não apenas por aqueles que entendem japonês. Agora que os sociólogos do Japão estão muito mais ativamente envolvidos em conferências internacionais e publicando as suas pesquisas em revistas de língua inglesa, sinto que o trabalho sociológico japonês tem uma grande oportunidade de ser reconhecido globalmente.

Apesar da maior exposição da investigação sociológica japonesa nos últimos anos, ainda existem alguns obstáculos que impedem os sociólogos japoneses de divulgar globalmente os resultados da sua investigação. Apesar de uma maior exposição da pesquisa sociológica japonesa nos últimos anos, ainda existem alguns obstáculos que impedem os sociólogos japoneses de disseminarem globalmente suas descobertas de pesquisa. Com base nas minhas experiências de ensino de sociologia em uma universidade japonesa e nas minhas preocupações, gostaria de discutir quais são esses obstáculos, oferecer algumas sugestões para superar as dificuldades e apresentar o que a Sociedade Japonesa de Sociologia (JSS) tem feito para enfrentar alguns desses desafios.

> Três obstáculos e sugestões para a globalização da pesquisa

Em primeiro lugar, e talvez mais importante, muitos sociólogos do Japão podem sentir que ainda existe uma barreira na comunicação com pesquisadores internacionais que utilizam o inglês. Isso pode ser devido a problemas relativos ao ensino da língua inglesa no Japão, onde a capacidade comunicativa em inglês não é ensinada de forma eficaz, como destacado por [Ikegashira, Matsumoto e Morita](#). Ao mesmo tempo, um bom número de sociólogos japoneses se esforça demais para falar como falantes

nativos de inglês. Para muitos sociólogos japoneses que desejam disseminar suas descobertas de pesquisa para o mundo, perceber que não precisam soar como falantes nativos pode aliviar sua ansiedade e reduzir seus níveis de estresse. Dentro da JSS, criamos o Comitê para Promover Atividades de Pesquisa Internacional, que organiza workshops anuais sobre como escrever resumos de pesquisa em inglês e oferece palestras sobre como apresentar artigos de pesquisa em inglês. À medida que os estudantes de pós-graduação participam desses workshops e palestras, muitos de seus resumos têm sido aceitos para apresentação no Congresso Mundial da ISA.

Em segundo lugar, há uma tendência para muitos estudantes de pós-graduação e acadêmicos da sociologia japonesa de quererem ser “perfeitos” ao apresentar e escrever os resultados das suas pesquisas. Apresentando seus trabalhos em conferências, por exemplo, percebi que muitos sociólogos japoneses preparam os roteiros de apresentação e os ensaiam muitas vezes. Embora a prática deva ser recomendada, a forte dependência de manuscritos torna bastante difícil fazer apresentações eficazes e suaves. Além disso, muitos apresentadores do Japão podem ficar nervosos com as sessões de perguntas e respostas para as quais não é possível preparar o manuscrito. O que costumo recomendar aos estudantes e pesquisadores do Japão é não ter medo de errar e explicar qual parte dos comentários e dúvidas é difícil para eles entenderem. Na JSS, pode ser necessário oferecer seminários para estudantes e novos pesquisadores aprimorarem suas habilidades de apresentação.

Por fim, além de superar as dificuldades relacionadas ao idioma, é essencial que os participantes de conferências no exterior consigam financiar suas viagens e estadias. A JSS oferece subsídios competitivos para seus membros que desejam participar de conferências internacionais. Além disso, o governo japonês, organizações privadas e universidades oferecem diversos tipos de bolsas para estudantes que desejam participar de conferências no exterior. Algumas organizações profissionais nos EUA também oferecem assistência para viagem a participantes internacionais. Recomendo fortemente que organizações profissionais japonesas, como a JSS, criem um banco de dados com informações sobre esses subsídios, bolsas e auxílios.

Resumindo, promover a divulgação global da investigação de estudantes e acadêmicos japoneses requer apoio tanto institucional quanto psicológico. Um aumento na participação de sociólogos japoneses em conferências internacionais, bem como uma maior visibilidade em periódicos de língua inglesa são essenciais para empurrar a sociologia japonesa para o cenário global. ■

Contato com:
Masako Ishii-Kuntz <ishii.kuntz.masako@ocha.ac.jp>

> Tendências recentes na sociologia japonesa

por **Naoki Sudo**, Universidade Hitotsubashi, Japão



Crédito: Sociedade Sociológica do Japão.

As tendências recentes na sociologia japonesa apresentam duas características. Primeiro, o principal interesse dos sociólogos japoneses parece ter mudado para os métodos sociológicos. Vale ressaltar que os interesses metodológicos dos sociólogos japoneses não se limitam aos métodos quantitativos, mas incluem também métodos qualitativos. Em segundo lugar, os interesses dos sociólogos japoneses durante o início do século XXI foram mais diversos do que os do século XX. Assim, os principais interesses dos sociólogos japoneses deslocaram-se para os tópicos mais recentes. Estes podem ser interpretados como novos tópicos no campo da sociologia sendo adicionados aos tópicos tradicionais da área no Japão. Consequentemente, o interesse dos sociólogos japoneses pelas teorias sociológicas enfraqueceu nas últimas décadas.

> Das teorias sociológicas aos métodos sociológicos

Para confirmar a mudança da teoria para os métodos na sociologia japonesa, podemos nos referir a dois

estudos escritos por dois sociólogos japoneses. Um é o livro de Ken'ichi Tominaga intitulado, *Sociology in Postwar Japan: A Contemporary History* (2004), e o outro é o artigo de Hiroki Takikawa intitulado “[Topic dynamics of post-war Japanese sociology: Topic analysis of Japanese Sociological Review corpus by structural topic model](#)” (2019). Embora estes trabalhos de Tominaga e Takikawa não analisem as tendências mais recentes da sociologia japonesa, acredita-se certamente que o enquadramento por eles apresentado pode continuar a ser aplicado ao cenário mais recente.

Esses autores argumentam que duas escolas sociológicas de pensamento opostas (o funcionalismo estrutural e o marxismo) dominaram os interesses dos sociólogos japoneses durante as décadas de 1960 e 1970. No entanto, ambas as ideias sociológicas foram radicalmente criticadas pela geração seguinte de sociólogos japoneses e perderam a sua influência. Em vez do funcionalismo estrutural e do marxismo, novas teorias sociológicas (por exemplo, os estudos de Michel Foucault sobre o assunto, a teoria do capital cultural de Pierre

>>

Bourdieu, a teoria do sistema social de Niklas Luhmann, a teoria da comunicação de Jürgen Habermas e a teoria da estruturação de Anthony Giddens) atraíram o interesse dos sociólogos japoneses. Além disso, o interesse dos sociólogos japoneses pelas teorias sociológicas enraqueceu rapidamente desde a virada do século.

De acordo com Takikawa, os sociólogos japoneses estão interessados em métodos sociológicos como um meio de analisar dados de pesquisas sociais, em vez de teorias sociológicas em si. Na verdade, alguns sociólogos japoneses analisaram minuciosamente os fenômenos sociais utilizando métodos quantitativos avançados. Simultaneamente, outros sociólogos japoneses estudaram fenômenos sociais utilizando métodos qualitativos, como abordagens narrativas. Como indica Takikawa, os métodos quantitativos e qualitativos tornaram-se amplamente aceitos pelos sociólogos japoneses durante as primeiras duas décadas deste século. Isso sugere que as relações entre métodos quantitativos e qualitativos na sociologia japonesa durante o início do século XXI não foram competitivas, mas sim complementares.

De forma geral, a difusão de métodos quantitativos avançados em uma disciplina pode ser interpretada como um sinal de normalização dessa disciplina como ciência. No entanto, a difusão desses métodos na sociologia japonesa no início do século XXI tende a coexistir positivamente com métodos qualitativos, que podem ser mais difíceis de normalizar cientificamente do que os métodos quantitativos. Isso sugere que a preferência dos sociólogos japoneses por métodos quantitativos não reflete uma busca pela normalização do campo como ciência. Portanto, devemos explorar outras razões pelas quais os sociólogos japoneses mudaram seu interesse das teorias sociológicas para os métodos sociológicos.

> Tópicos diversificados na sociologia japonesa durante o século XXI

Hiroki Takikawa indica que os tópicos de investigação visados pelos sociólogos japoneses durante o século XXI foram mais diversificados do que aqueles visados durante o final do século XX. Especificamente, os sociólogos japoneses acrescentaram novos tópicos de investigação (tais como problemas ambientais, gênero/sexualidade e autoidentificação) aos tópicos tradicionais da sociologia (classe social, família, trabalho, organização, estudos urbanos, e assim por diante). Supõe-se que eles devem utilizar novos métodos quantitativos e qualitativos avançados para abordar esses tópicos, que estão interconectados de maneiras complexas. Além disso, para os sociólogos japoneses, espera-se que esses métodos desempenhem um papel significativo como ferramentas de comunicação com cientistas sociais de outras disciplinas (economia, ciência política, direito e ciência de dados sociais, entre outras), que compartilham seus interesses. É provável que a diversificação dos tópicos de

pesquisa e a demanda por cooperação com cientistas sociais de diferentes disciplinas tenham sido as razões pelas quais os sociólogos japoneses começaram a enfatizar seu interesse nos métodos.

Além disso, a sociedade japonesa passou por rápidas mudanças sociais durante o início do século XXI. Para os sociólogos japoneses, tais mudanças dificultaram as resoluções práticas e imediatas. Primeiro, a população japonesa envelheceu consideravelmente durante o período. Consequentemente, o Japão tem agora uma das populações mais velhas do mundo. Isso colocou em questão a sustentabilidade do regime de bem-estar social do Japão. Em segundo lugar, o Japão tem vivido uma estagnação econômica de longo prazo desde o final da década de 1990. Consequentemente, a porcentagem de trabalhadores não regulares (trabalhadores a tempo parcial e temporários) em toda a população ativa aumentou. Além disso, à medida que a sociedade japonesa precisa resolver problemas causados pela escassez de força de trabalho, o número de imigrantes e a taxa de participação das mulheres na força de trabalho têm aumentado. Essas mudanças ampliaram as desigualdades sociais e trouxeram consigo novos problemas sociais que não são explicados pelas teorias sociológicas tradicionais no Japão.

Assim, durante o início do século XXI, os sociólogos japoneses tiveram de abordar novos tópicos que não podiam ser explicados pelas teorias sociológicas tradicionais e, consequentemente, mudaram os seus interesses da teoria para o método. Não é verdade que as teorias sociológicas não sejam mais úteis para os sociólogos japoneses; em vez disso, serão necessárias novas teorias sociológicas que explicam suficientemente os novos tópicos e se concentrem em tarefas emergentes. Sem fundar teorias para explicar essas novas questões, os sociólogos japoneses não serão capazes de determinar meios eficazes para resolvê-las.

> Observações finais

Parece que as tendências recentes na sociologia japonesa estão parcialmente em ressonância com as da sociologia global. Embora o rápido envelhecimento da população e a estagnação econômica a longo prazo no início do século XXI sejam notáveis na sociedade japonesa em comparação com outros países, acredito que a mudança de interesses de pesquisa da teoria sociológica para os métodos sociológicos e a diversificação dos tópicos de pesquisa são características comuns compartilhadas em todo o mundo. Portanto, os problemas causados por essas tendências não são observados apenas na sociologia japonesa, mas também na sociologia global. Isso sugere que os sociólogos japoneses devem cooperar com sociólogos de todo o mundo para superar os desafios que enfrentam no século XXI. ■

Contato com: Naoki Sudo <naoki.sudo@r.hit-u.ac.jp>

> Manifesto

sobre crises globais e alternativas radicais

por **ADELANTE** – Diálogo de Processos Globais

| Crédito: [Adelante](#), 2024.



16

> As crises que enfrentamos

- O mundo está se encaminhando para um abismo de múltiplas crises. Fissuras profundas dividem a humanidade e os humanos do resto da natureza. O sistema opressivo atualmente dominante é fundamentalmente falho, e criou e sustenta essas crises. As raízes desse sistema estão nas estruturas e relações de classe, colonialismo, racismo, patriarcado, capitalismo, dominação estatal, casteísmo e nosso foco centrado no ser humano. São essas raízes, e não apenas os sintomas manifestados nas crises, que também precisam ser desafiadas e transformadas.

- Houve um processo histórico de dominação de ambos os povos e do resto da natureza pela hegemonia cultural

de regimes autoritários, imperialistas ou fascistas. Isso tornou sociedades inteiras descartáveis e desloca e destrói diferentes maneiras de conhecer/ser/agir/viver.

- O sistema dominante, apoiado pelo atual complexo militar-industrial e pelo capitalismo, cria ou faz avançar guerras e conflitos entre Estados-nação, etnias e crenças religiosas, cujas piores consequências são enfrentadas por pessoas inocentes e pelo meio ambiente.

- Crises ecológicas, incluindo perda de biodiversidade, mudanças climáticas, poluição e intoxicação do planeta levaram o planeta à beira de uma sexta extinção em massa: a primeira a resultar de ações humanas e que,

>>

por sua vez, prejudica a vida e os meios de subsistência de bilhões de pessoas.

- Abordagens de “desenvolvimento” baseadas em crescimento econômico infinito são inerentemente insustentáveis, criam falsas distinções como “desenvolvido”, “emergente” e “subdesenvolvido” e encorajam padrões de consumo não saudáveis e insustentáveis.
- O sistema que criou múltiplas crises também está nos dando uma enxurrada de “soluções” que tratam apenas os sintomas, não as causas subjacentes, como comércio de carbono, crescimento verde, net-zero [redução de emissão de gases de efeito estufa], geoengenharia e outras soluções tecnológicas e abordagens de mercado.
- Os diferentes aspectos dessas crises estão interligados. Portanto, precisamos de respostas que também sejam holísticas, interseccionais e integradas, e apontem para alternativas genuínas e sistêmicas.

> Respostas das pessoas: resistência e alternativas

- Uma onda massiva de ações e movimentos de base está surgindo em resposta a essas crises. Os movimentos articulam e demonstram processos transformadores que nos guiam em direção a um mundo pluralista, democrático, descolonizado, justo, equitativo/igualitário, liberado, feminista, ecologicamente sábio, pacífico, pós-capitalista/pós-desenvolvimentista, biocultural, próspero, praticante de solidariedade e baseado no amor radical. Cada movimento pode ter sua própria interpretação e compreensão de tais valores e termos que podem criar um pluralismo e diversidade que devem ser respeitados, mesmo quando nos unimos com base em valores fundamentais e crenças éticas comuns.
- Povos indígenas, comunidades de base, coletivos de vários tipos e indivíduos estão praticando caminhos de vida sustentável e equitativa que incluem agroecologia, recuperação dos bens comuns, saúde comunitária, aprendizagem e educação alternativas, justiça sexual e de gênero, democracia radical e autonomia, economias localizadas que priorizam relações de cuidado e compartilhamento, produção de propriedade ou controlada por trabalhadores, sustentando ou revivendo um relacionamento não binário com toda a natureza e sua conservação por comunidades baseadas em ecossistemas, sustentando ou revivendo uma diversidade de culturas, línguas, sistemas de conhecimento e modos de ser, e outras opções semelhantes. Muitas delas estão abrangidas por visões de mundo que respeitam a vida, algumas sendo continuações de tradições antigas e indígenas, e algumas surgindo como contratendências dentro das sociedades industriais modernas. No entanto, essas iniciativas ainda são muito pequenas ou fragmentadas para adquirir a massa crítica necessária para transformações mais amplas.

> Nosso compromisso com a transformação

Para construir uma transformação profunda, nos comprometemos a:

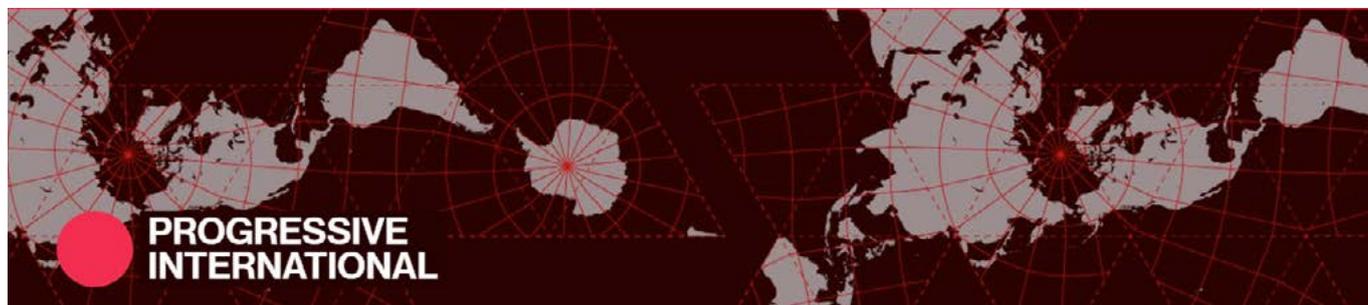
- Compartilhar e entender estratégias críticas para mudança e promover histórias inspiradoras de transformação que já estão em andamento.
- Contribuir para uma luta comum pelo desarmamento e paz para criar uma transição social e ecológica justa.
- Explorar e aprofundar nossas posições, ética e valores comuns, mesmo enquanto celebramos e respeitamos a diversidade e as diferenças.
- Assumir a responsabilidade pela tomada de decisões políticas, principalmente por meio da construção do poder das pessoas no local. Agimos para afirmar que este é um poder não para dominar (poder sobre), mas para transformar positivamente (poder para/com).
- Vincular movimentos de resistência e alternativas construtivas para criar os mundos que queremos.
- Promover ação direta no terreno, localmente e globalmente, transcendendo estados-nação para construir solidariedade e cuidado entre humanos e não humanos em todos os lugares.
- Estender nosso respeito e cuidado ao círculo mais amplo da vida.
- Promover tecnologias regenerativas igualitárias em massa e ferramentas de convívio que estejam sob controle democrático.
- Construir um dicionário comum (mas pluralista, culturalmente diverso) e compreensão de termos em vários idiomas.
- Investigar até que ponto os sistemas de dominação estão inseridos em nossas próprias formas habituais de organização e relacionamento, e comprometer-se com um trabalho de cura pessoal e coletiva que nos apoie em direção a formas de ser mais profundamente conectadas.

Embora existam movimentos populares poderosos identificando e resistindo às forças por trás dessas crises, bem como praticando e promovendo alternativas radicais que sejam equitativas e sustentáveis, nos falta uma resposta coerente e combinada. Portanto, nos comprometemos a permitir tal concentração de forças trabalhando juntas em nossas comunidades, organizações e movimentos em comunicação, construção de relacionamentos e colaboração. Fazemos isso no espírito de mobilização democrática e não hierárquica, aberta a um pluriverso de ideologias, estratégias, caminhos e perspectivas buscando transformação progressiva em direção aos mundos que queremos e precisamos. ■

* Desde novembro de 2020, a *Global Tapestry of Alternatives* (GTA) [Tapeçaria Global de Alternativas] iniciou um diálogo entre vários processos globais que buscam transformações sistêmicas e fundamentais em direção à justiça. Isso inclui, além do GTA: *Global Dialogue Process* [Processo de Diálogo Global]; *Global Green New Deal* [Novo Acordo Verde Global]; *Global Working Group Beyond Development* [Grupo de Trabalho Global Além do Desenvolvimento]; *Grassroots to Global* [Da base ao Global]; *Multiconvergence* [Multiconvergência]; *Progressive International* [Internacional Progressista] e *Towards a New World Social Forum* [Rumo a um Novo Fórum Social Mundial]. Esta plataforma foi nomeada ADELANTE em 2021 e tem seu próprio site com atualizações e recursos: <https://adelante.global/>.

> Internacionalismo ou extinção

por **Internacional Progressista**



Crédito: [Internacional Progressista](#), 2024.

Na Cúpula inaugural da Internacional Progressista, o Conselho adotou a seguinte declaração.

I. Internacionalismo ou Extinção

As crises do nosso século ameaçam a extinção de toda a vida em todas as nações e em todos os continentes. O internacionalismo não é um luxo. É uma estratégia de sobrevivência.

II. Uma definição de progresso

Nossa missão é construir uma frente global de forças progressistas. Definimos progressismo como a aspiração a um mundo que seja: democrático, descolonizado, justo, igualitário, liberto, feminista, ecológico, pacífico, pós-capitalista, próspero, plural e ligado pelo amor radical.

III. Povos do mundo, organizem-se

Somos trabalhadores, camponeses e povos do mundo que estão se levantando contra as forças reacionárias da oligarquia autoritária. Nosso objetivo é a organização internacional: combinar forças além das fronteiras para recuperar o nosso planeta.

IV. Construamos infraestrutura

Nosso mandato é construir a infraestrutura para o internacionalismo. As forças do progresso permanecem fragmentadas, enquanto a riqueza e o poder se consolidam em todo o mundo. Construamos os andaimes de uma frente planetária com a força para lutar e vencer.

V. Unidade, não subordinação

Buscamos a unidade por meio da luta compartilhada. A crise atual exige a aliança estratégica de todas as forças progressistas. Mas a coordenação não exige submissão. Nosso objetivo é construir uma coalizão ampla, ao mesmo tempo em que abrimos espaço para a disputa criativa dentro dela.

VI. Parceria por poder mútuo

Acreditamos que parceria sem poder mútuo é apenas outro nome para dominação. Em nosso trabalho, buscamos equilibrar - em vez de reproduzir - as disparidades de poder em nossa coalizão.

VII. O capitalismo é o vírus

Aspiramos a erradicar o capitalismo em todos os lugares. Acreditamos que a exploração, a desapropriação e a destruição ambiental estão inscritas no código genético do capitalismo. Não apoiamos esforços para salvar esse sistema nem permitimos sua expansão para todos os cantos da Terra.

VIII. Internacionalismo significa anti-imperialismo

Nosso internacionalismo é contra o imperialismo em todas as suas formas: da guerra e das sanções à privatização e ao "ajuste estrutural". Acreditamos que essas não são apenas ferramentas de dominação de algumas nações sobre outras. Eles também são ferramentas de divisão para colocar os povos do mundo uns contra os outros.

IX. Idioma é poder

Falamos em vários idiomas. As barreiras linguísticas fortalecem a dominação de classe, a supremacia branca e a desapropriação indígena. Nosso objetivo é transcender as barreiras linguísticas para encontrar nossa própria linguagem comum de resistência.

X. Liberdade na linha de frente

Nosso internacionalismo é interseccional: acreditamos que as camadas de opressão sedimentadas pelo capitalismo racial no curso de sua expansão imperial exigem que centralizemos as lutas de linha de frente pela libertação na base da economia global: por alimentos, por terra, por dignidade e por emancipação.

XI. Um internacionalismo de libertação

Lutamos contra o racismo, o casteísmo e todas as formas de dominação social. Reconhecemos que a supremacia branca é um princípio organizador do sistema mundial. Nossa oposição a hierarquias opressivas é a base de nosso internacionalismo.

XII. A descolonização não é uma metáfora

Nosso objetivo é descolonizar o planeta. Não nos contentamos com atos simbólicos de descolonização. Nossa exigência é a reparação total dos crimes do passado e a restauração imediata da terra, dos recursos e da soberania de todos os povos despossuídos do mundo.

XIII. Política feminista, prática feminista

Acreditamos que ninguém é livre em um sistema de opressão de gênero. Nosso objetivo é romper com o patriarcado e, ao mesmo tempo, romper a estrutura binária de gênero na qual ele se baseia. Direcionamos nossa política para o cuidado, a cooperação e a responsabilidade comunitária.

XIV. Bem Viveres

Não medimos o progresso pelo crescimento. O imperativo da expansão é o motor do ecocídio. Buscamos boas formas de vida, livres de fome e carência, e definimos nosso sucesso pela qualidade de nossa convivência coletiva.

XV. Sem justiça, sem paz

Nosso objetivo é a paz duradoura. Mas a paz só pode durar com a segurança da justiça social. Trabalhamos para desmantelar a máquina de guerra e substituí-la por uma diplomacia dos povos baseada na cooperação e na coexistência.

XVI. Revolução, não mudança de regime

Apoiamos os movimentos populares para transformar a sociedade e reivindicar o Estado. Mas nos posicionamos contra as tentativas de derrubar regimes para proteger os interesses do capital e ajudar o avanço do império.

XVII. Ganhar as eleições não é suficiente

Nossa missão é construir o poder popular em escala planetária. As eleições são oportunidades para transformar a política e transformar as demandas populares em políticas governamentais. Mas sabemos que vencer as eleições não é suficiente para cumprir nossa missão.

XVIII. O poder do pluralismo

Nossa coalizão está vinculada a uma visão compartilhada de libertação coletiva. Não importamos essa visão nem impomos um programa sobre os demais. Em vez disso, unimos nossas necessidades, conhecimentos e prioridades políticas para construir um programa comum que obtém poder do pluralismo.

XIX. Os relacionamentos são a base

Nosso internacionalismo é íntimo. As novas tecnologias prometeram comunidade e conexão, mas, em vez disso, semearam discórdia e desilusão. Acreditamos que não podemos ter sucesso a menos que nos conheçamos e confiemos uns nos outros em termos iguais.

XX. O diálogo não é suficiente

Nosso objetivo é a ação coletiva. Não estamos satisfeitos com a criação de uma rede social. Nossas atividades nos preparam para a mobilização planetária, combinando a escala de nossas crises com a escala das ações que montamos contra elas.

XXI. Sem fins lucrativos, sem fins lucrativos

Financiamos nossas atividades exclusivamente por meio de doações e contribuições dos associados. Não aceitamos dinheiro de instituições com fins lucrativos e de representantes de empresas de combustíveis fósseis, empresas farmacêuticas, grandes empresas de tecnologia, grandes bancos, empresas de capital privado, fundos de hedge, agronegócios e do setor de armas.

XXII. Não somos uma ONG

Nosso objetivo é a solidariedade, não a caridade. Acreditamos que a verdadeira mudança vem de movimentos de pessoas, não da benevolência da filantropia. Somos responsáveis apenas por esses movimentos e pelas comunidades a partir das quais eles se desenvolvem.

XXIII. Luta em todas as frentes

Nossa coalizão reflete a diversidade da luta no mundo. Acolhemos sindicatos, partidos, movimentos, publicações, centros de pesquisa, associações de bairro e ativistas individuais em sua luta solitária. Juntos, essa coalizão é maior do que a soma de suas partes e poderosa o suficiente para refazer o mundo.

XXIV. De cada um e para cada um

Nosso modelo de associação é simples: de cada um, de acordo com a capacidade; e para cada um, de acordo com a necessidade. Esperamos que os membros participem da construção de nossa frente comum da maneira que puderem. E nos esforçamos para apoiar os membros de todas as formas que sua luta exigir.

XXV. Solidariedade não é um slogan

Acreditamos que a solidariedade é uma ação. A expressão de simpatia por nossos aliados é comum. Nossa tarefa é reconhecer a luta deles como se fosse a nossa, organizar nossas comunidades para participar dessa luta e unir forças além das fronteiras em uma defesa conjunta das pessoas e do planeta. ■

A Declaração foi adotada na sequência da Cúpula Inaugural da Internacional Progressista, realizada em setembro de 2020. Para mais informações sobre o movimento e as suas iniciativas, consultar <https://progressive.international>.

> Declaração de Bogotá: Rumo a um pacto com a Terra

por **Pacto Eossocial e Intercultural do Sul**



Crédito: Pacto Eossocial e Intercultural do Sul, 2023.

Após o início da pandemia da COVID-19, o “novo normal” foi imposto com sinais de caos e instabilidade. Este novo status quo global reflete o agravamento de várias crises interligadas (social, econômica, política, ecológica, sanitária e geopolítica), que se reforçam mutuamente ao mesmo tempo em que têm uma dimensão civilizacional. Com grande preocupação, observamos também um enfraquecimento das instituições e práticas democráticas em todo o mundo, com um fortalecimento paralelo de ideologias de extrema direita e autoritarismo, bem como a perpetuação de uma cultura de guerra em vários níveis, profundamente associada ao capitalismo, ao colonialismo e à exacerbação do patriarcado e do racismo.

> **Contra a nova cultura de guerra**

No momento histórico atual, devemos distinguir os diferentes níveis de guerra que estão sendo travados atualmente.

O primeiro deles é a guerra contra a vida e a Natureza. Territórios estão sendo devastados pela militarização e pela violência crescente, que se expressa com particular intensidade nos corpos de mulheres e defensoras da Natureza, especialmente quando pertencem a povos indígenas ou nativos, ou comunidades racial e etnicamente marginalizadas, particularmente afrodescendentes. Em termos globais e geopolíticos,

>>

uma dessas guerras, a invasão da Ucrânia pela Rússia, exacerbou as crises energética, humanitária e alimentar, ao mesmo tempo em que reviveu a ameaça nuclear em um contexto de rivalidade interimperial.

Da mesma forma, o avanço global das ideologias patriarcalistas, racistas, transfóbicas e xenófobas de extrema direita, somado ao crescente controle dos sistemas políticos pelo dinheiro e pelas regras da Organização Mundial do Comércio, impuseram a plena primazia do capital – particularmente nos setores financeiro, de hidrocarbonetos, agronegócio, armamentista, automotivo, mídia corporativa e farmacêutico, entre outros – sobre os direitos dos povos e da própria vida. Os mesmos setores produtivos que mais claramente refletem esse controle pelo capital também têm a maior responsabilidade na guerra contra a vida que caracteriza o capitalismo neoliberal. Portanto, a luta por uma transição ecossocial justa passa necessariamente pela defesa da democracia em todas as suas dimensões, desde as esferas políticas institucionais, internacionais, nacionais e regionais até a construção de formas de autogestão e autonomia territorial e local.

Em segundo lugar, a guerra está contribuindo para a exacerbção de formas tradicionais e novas de extrativismo associadas à “transição verde” corporativa. O que é novo agora está no fato de que a transição energética do Norte Global em direção à energia supostamente “limpa” é expressa por meio de uma pressão crescente sobre o Sul Global para extrair cobalto e lítio para a produção de baterias de alta tecnologia, bem como outros minerais estratégicos para a transição. Essa pressão também é evidente na demanda por madeira balsa necessária para construir pás de turbinas eólicas, ou na competição por áreas de superfície terrestre para fazendas solares de grande escala e novas infraestruturas para megaprojetos de hidrogênio.

Nos últimos anos, diferentes propostas do *Green Deal* [Pacto Verde] proliferaram; elas são diversas e heterogêneas. No entanto, em geral, elas se tornaram uma estrutura de confluência político-discursiva no Norte Global para reduzir as emissões de carbono e promover um crescimento econômico supostamente “equitativo” e “sustentável”. A justiça climática está frequentemente no centro desses Pactos Verdes, alocando fundos para compensação a comunidades que historicamente sofreram impactos ambientais negativos. Mas, com muita frequência, a justiça climática é restrita a uma visão doméstica. Em sua ânsia de transição para energia renovável, o Norte Global raramente considera os múltiplos impactos dessa transição no Sul Global.

É assim que surge o que Breno Bringel e Maristella Svampa chamam de “[consenso da decarbonização](#)”: um processo que, embora defenda uma mudança nas fontes de energia (dos combustíveis fósseis para as

energias “renováveis”), aprofunda as desigualdades existentes e continua a mercantilização da Natureza. É um consenso que visa atingir a descarbonização sem alterar o perfil metabólico da sociedade – padrões de produção, consumo, circulação de bens e geração de resíduos – mas envolve uma intensificação da exploração dos bens naturais no âmbito de uma ideologia de crescimento econômico indefinido.

Diante desse cenário, reiteramos nossas reivindicações apresentadas recentemente no [Manifesto Sul-Sul por uma Transição Energética Ecossocial](#). Reafirmamos também a necessidade urgente de uma mudança de rumo na América Latina, e no mundo inteiro, como demandam as vozes dos povos em resistência e os recentes levantes em diferentes latitudes de nossa região. Uma mudança superficial, como propõem os atores hegemônicos, não é suficiente. Atualmente, até mesmo as grandes corporações começam a falar de uma “transição justa” e apresentam o “consenso da descarbonização” como um fim em si mesmo, ocultando o fato de que ele reproduz a mesma lógica de acumulação, desapropriação e exploração. Precisamos desmascarar e nos opor fortemente aos novos avanços do “capitalismo verde”, comprometendo-nos com uma transformação radical que reconheça e abra caminho para outros modos de existência em equilíbrio e reciprocidade com o tecido da vida.

É urgente reduzir as emissões de carbono, mas também questionar o atual metabolismo social do capital. Os programas hegemônicos de “transição” são baseados em concepções corporativas, tecnocráticas, neocoloniais e até mesmo insustentáveis, que não preconizam transformações estruturais, muito menos incorporam os limites naturais e ecológicos do planeta. Nós, do Pacto Ecossocial, questionamos essas abordagens e reconhecemos a necessidade de enraizar a transformação socioecológica em uma lógica de justiça global que seja crítica e alternativa às propostas hegemônicas de transição ecológica.

> **Nossos princípios e agendas**

Em Bogotá, durante nosso primeiro encontro presencial após a pandemia da COVID-19, identificamo-nos com os seguintes princípios: Princípios de Igualdade, Justiça e Redistribuição Social; Princípios de Cuidado, Interdependência e Sustentabilidade da Vida; Princípios de Reparação e Reciprocidade; e Princípios de Democracia, Autodeterminação, Plurinacionalidade, Interculturalidade e Ética Interespécies.

Reafirmamos também nossos objetivos e propomos continuidade nos seguintes temas e agendas de ação:

1. Estamos comprometidos em **dar centralidade ao paradigma do cuidado na organização de nossas sociedades**.



Referimo-nos a todas as formas de cuidado: cuidado interpessoal, autocuidado e cuidado de seres não humanos que compartilham conosco este planeta em interdependência. O cuidado é fundamental para restaurar os equilíbrios relacionais e ecossistêmicos. Todos nós necessitamos de cuidado em certos momentos ou fases de nossas vidas, um aspecto sistematicamente negligenciado pela narrativa patriarcal/neoliberal do sujeito individual autônomo. O cuidado, como aspecto-chave do bem-estar, deve ser ativamente assumido e compartilhado por todos os membros da sociedade, independentemente do gênero, desconstruindo sua atribuição como uma tarefa supostamente feminina. Assim, dentro da dinâmica do patriarcado, as mulheres (especialmente as pobres, racializadas; as indígenas; e aquelas que são marginalizadas) assumiram a responsabilidade quase total pelo cuidado, com uma sobrecarga de trabalho na área da reprodução que afeta as condições de vida. O cuidado deve ser reconhecido e valorizado como um conjunto de tarefas essenciais para a vida e a felicidade, como ficou evidente novamente durante a pandemia. Isso não se traduz automaticamente em remuneração e incorporação ao mercado ou à esfera estatal, pois o fato de muitas formas de cuidado existirem fora do âmbito da acumulação de capital é uma semente para a construção de sociedades além das lógicas capitalistas. Assumir coletivamente ou em comunidade alguns aspectos do cuidado e da reprodução da vida é a base para a construção dos comuns, como mostram muitas experiências na América Latina. Isso não significa que os Estados não devam gerar políticas de cuidado que fortaleçam esses espaços comunitários, assumam a responsabilidade por cuidados mais especializados ou promovam o cuidado como um aspecto central do bem-estar social.

2. Consideramos essencial abordar a **dívida ecológica e as dívidas e(x)ternas** no quadro de uma transição ecossocial justa do Sul Global.

Nenhuma justiça climática ou transformação socioecológica é possível sem incluir reparações e abolição dessas dívidas. A pandemia da COVID-19 destacou o problema da dívida e a necessidade urgente de soluções reais, não apenas alívio temporário ou de curtíssimo prazo. Entendemos que é necessário **questionar e repensar a geopolítica atual das transições ecossociais** por meio de estratégias integrais que garantam horizontes de vida digna para todos em termos de justiça integral, ontológica e reparações. Longe de reduzir as lacunas geopolíticas, as propostas de transição hegemônica correm o sério risco de aprofundar as dívidas coloniais e ecológicas com o Sul Global. Para progredir no caminho para soluções duradouras, é necessário, embora não suficiente, exigir o cancelamento das dívidas externas dos países do Sul Global, auditorias lideradas por cidadãos e denúncias repetidas de violência e corrupção relacionadas à dívida externa. Em resumo, nossa proposta busca sistematizar aquelas contribuições que

veem a questão das reparações da dívida ecológica e o cancelamento das dívidas externas como uma oportunidade para repensar a reorganização do sistema financeiro internacional, com base em padrões de justiça ambiental e geopolítica.

3. Desde o início de nossas ações, como Pacto Ecosocial e Intercultural, insistimos que **nenhuma transição ecossocial é possível sem que a justiça social e a justiça ambiental sejam vistas como dois lados da mesma moeda, visando uma profunda transformação socioecológica**. No curto prazo, no entanto, algumas propostas de transição são necessárias, incluindo a introdução de uma renda básica universal que coloque a questão da cidadania no centro do palco e seja baseada em **sistemas tributários progressivos** para sua viabilidade e bom funcionamento. Não se deve esquecer que os países latino-americanos têm um sistema tributário regressivo, baseado em impostos indiretos ou de consumo que afetam principalmente os mais vulneráveis. Grandes fortunas, heranças, danos ambientais e receitas financeiras são todas fontes de impostos que recebem pouca ou muito baixa presença nos sistemas tributários nacionais. Os dados mais recentes indicam que a evasão fiscal na América Latina custa perto de 300 bilhões de dólares em receitas perdidas (6,1% do PIB regional) e que 27% da riqueza está localizada em paraísos fiscais. Enquanto isso, a crise da COVID-19 intensificou ainda mais as **desigualdades**. Em nossa região, os 10% mais ricos dos indivíduos concentram 55% da riqueza. Logicamente, a concentração de riqueza está correlacionada à poluição, já que os 10% mais ricos da população mundial emitem quase metade de todos os gases de efeito estufa. A introdução de uma renda básica universal é uma estratégia necessária para a redistribuição e o alívio da pobreza, mas deve fazer parte de uma transformação mais abrangente em direção à desmercantilização da vida, expandindo infraestruturas públicas gratuitas e os bens comuns.

4. Sabemos que nenhum país pode se salvar sozinho. O “nacionalismo climático” e os discursos de “soberania nacional” muitas vezes escondem os problemas mais profundos de uma crise ecológica. Para que as políticas necessárias tenham um impacto real nas populações, provoquem mudanças no equilíbrio de forças sociais e enfrentem os principais desafios do nosso tempo histórico, **novas formas de diálogo político e cooperação regional devem ser desenvolvidas, envolvendo uma parte significativa da sociedade civil**. Defendemos a **plurinacionalidade** e a **integração regional soberana**, priorizando as economias locais e visando o desacoplamento seletivo da economia global. Seguindo as propostas de diferentes organizações latino-americanas, acreditamos que devemos avançar para a construção de um **Pacto Fiscal Regional** que reconfigure fundamentalmente o atual sistema fiscal em todas as jurisdições em uma direção equitativa, abrindo as portas para reformas sociais e ambientais urgentemente necessárias que pos-

sam reduzir as muitas e persistentes desigualdades. Sem isso, não há caminho possível para uma transição ecossocial justa e abrangente.

5. Políticas de transição necessárias no curto prazo devem ser consideradas juntamente com o modo de produção. Devemos **problematizar os atuais processos de industrialização** na América Latina e as consequências de ser a fábrica dos países do Norte Global. O estabelecimento de verdadeiras zonas de sacrifício com alta toxicidade é facilitado pelo desenvolvimento industrial em áreas específicas de países como México, Brasil, Argentina e Chile, não apenas pelo modelo extrativista primário voltado para a exportação. O risco de isso se estender a mais países é alto em vista da disputa entre China e Estados Unidos por “recursos naturais” e mão de obra na América Latina, que continuará a demandar matérias-primas e a exacerbar a exploração de *commodities*.

6. Este tópico também nos leva a pensar quais propostas alternativas de produção nos permitiriam avançar para outras respostas que considerem a **ética interesse-específica** e questionem as relações de poder caracterizadas pela dominação e exploração de seres sencientes não humanos. Este modelo atual é legitimado por uma visão antropocêntrica que categoriza os seres vivos não humanos como inferiores e os transforma em objetos, produtos e propriedade privada a serviço dos seres humanos e do sistema capitalista. Um exemplo disso são as indústrias pecuária, pesqueira, farmacêutica, turística e têxtil que exploram os animais como força de trabalho ou os transformam em produtos, priorizando seu desempenho econômico e desconsiderando sua qualidade de vida e dignidade.

7. **As transições ecossociais não podem se limitar à questão energética.** É essencial promulgar uma transformação estrutural do sistema energético, mas também do modelo produtivo e urbano, bem como dos vínculos com a Natureza: desconcentrar, desprivatizar, descomodificar, descentralizar, despatriarcalizar, des-ierarquizar, desracializar, reparar e curar. Para isso, devemos desconectar nossas estruturas econômicas, sociais e culturais dos combustíveis fósseis, do mandato de exploração da Natureza e do imaginário desenvolvimentista e inspirado no Eldorado. Devemos entender a atual crise socioecológica não apenas como uma aceleração das mudanças climáticas, mas também como uma crise de diversidade (extinção de espécies) e de um regime alimentar insustentável.

8. **Energia é um direito e democracia energética é um horizonte para sustentar redes de vida.** A justiça ecossocial deve ter como objetivo eliminar a pobreza energética e implica um desmantelamento de relações de poder que continuam a priorizar o acesso para um grupo privilegiado da sociedade. Em pouco tempo, os combustíveis fósseis serão ativos encalhados ou obsoletos.

Em um horizonte de transição energética justa, deixar os combustíveis fósseis no subsolo e “desescalar” os processos de exploração de hidrocarbonetos (em suas novas e antigas formas) implica uma ruptura de significado para redefinir a Natureza como algo diferente de um mero provedor de recursos.

9. **A descarbonização efetiva é necessária, mas deve se afastar da mercantilização e não consolidar novas formas de extrativismo e zonas de sacrifício no Sul Global.** Devemos estar atentos às “falsas soluções”, como mostram os limites e ambivalências das energias renováveis (lítio e minerais para transição) e todos os esquemas de compensação de emissões. Isso inclui o consenso alcançado por corporações e estados em espaços como a COP para implementar modelos de energia controversos para o Sul Global que incluem hidrogênio verde, agricultura inteligente, mercados de carbono, geoengenharia e outras propostas que visam manter as atuais relações de poder energético entre o Norte Global e o Sul Global.

10. Acreditamos que uma **transição ecossocial justa, como um processo de transformação abrangente, não é e não pode ser uma promessa para o futuro.** As transições já estão acontecendo por meio de uma infinidade de experiências em comunidades e territórios em áreas rurais e urbanas, bem como por meio de resistências territoriais ao redor do mundo contra a continuidade do modelo hegemônico e falsas soluções. Precisamos urgentemente mapear e fortalecer esses processos de reexistência vinculados à energia comunitária, projetos agroecológicos, hortas urbanas, geração distribuída e economias alternativas, para citar apenas alguns.

11. Um pilar central da transição é **promover a agroecologia** para transformar o sistema agroalimentar por meio da criação e promoção de cinturões verdes de agricultura ecológica em cidades e vilas, gerando emprego e garantindo alimentos saudáveis, seguros e baratos. Além disso, isso promove a autonomia e a soberania alimentar por meio de sistemas de produção e distribuição voltados para o fortalecimento de mercados agroecológicos locais usados por pequenos agricultores e produtores solidários que fomentam uma cultura associativa e comunitária e a (co)responsabilidade cidadã pela produção, sistemas participativos de certificação ou garantia e consumo.

12. Vivemos em cidades planejadas pela e para a especulação imobiliária (o outro lado dessa moeda é a emergência habitacional e a falta de espaços verdes) e dominadas pela ditadura do automóvel (com transporte público insuficiente e superlotado). Essa característica tem colocado a vida urbana sob os holofotes e ressalta a necessidade de uma mudança radical na forma como vivemos nas metrópoles. **Precisamos ruralizar a urbanidade, principalmente nas grandes cidades onde a co-**

>>

nexão com a Natureza é praticamente inexistente. Por meio do Pacto Ecosocial e Intercultural do Sul, propomos o “direito à cidade com justiça ecológica” para mudar a forma como vivemos, alimentamo-nos, movimentamo-nos e relacionamo-nos no meio urbano. Para atingir isso, defendemos um novo tipo de urbanismo ecológico e democrático que seja capaz de produzir mudanças socioambientais efetivas em: metabolismo hídrico (acesso equitativo à água e governança hídrica), dinâmica dos fluxos urbanos (melhor gestão de resíduos e poluição, formas sustentáveis de mobilidade e produção local de alimentos saudáveis por meio do estímulo à agricultura urbana e contato direto com pequenos produtores) e infraestrutura urbana (habitação acessível, ecológica e digna, e abordagens de urbanização que abordem a segregação socioespacial e o ciclo de pobreza, desigualdade e violência).

13. Embora o compromisso local com a transformação para a vida, o fortalecimento da autonomia e a demanda de que os estados respeitem e garantam isso legalmente, culturalmente, territorialmente e orçamentariamente sejam uma condição necessária, **eles precisam ser expandidos e fortalecidos em diferentes escalas (regional, nacional, latino-americana e internacional)**. Para isso, é essencial que continuemos avançando com a identificação e o desafio de inimigos comuns, ao mesmo tempo em que identificamos estruturas discursivas e políticas convergentes para lutas transformadoras. O internacionalismo e a troca de experiências entre diferentes regiões do mundo são fundamentais para evitar o isolamento político e fornecer respostas globais mais fortes. Nesse processo, é importante identificar os diferentes tipos de aliados nas lutas transformadoras, incluindo atores em diferentes níveis governamentais, mas sempre respeitando o protagonismo das lutas ecoterritoriais.

14. Por fim, estamos convencidos de que uma parte fundamental do Pacto Ecosocial e Intercultural do Sul é o reconhecimento legal dos **Direitos da Natureza**. Em outras palavras, os seres humanos devem reconhecer a Natureza como sujeito de direitos (e não como mero objeto) com o qual coexistir harmoniosamente, respeitando seus ritmos e capacidades. Isso também implica caminhar para uma **ética do cuidado**, que, no âmbito das ontologias relacionais e dos novos desafios climáticos, também deve ser definida como uma **ética interespécies**, que contemple os pluriversos, nosso ser e com outros seres sencientes humanos e não humanos.

Em resumo, nosso objetivo é contribuir para a construção de uma agenda regional e global orientada para transições verdadeiramente justas, que exigem participação e imaginação popular, bem como interseccionalidade entre as lutas de diferentes gerações e tipos, grupos sociais e interculturais, feministas e ambientalistas. Isso envolverá, sem dúvida, não apenas um debate aprofundado sobre todas essas questões, mas também a construção de diálogos políticos permanentes Norte-Sul e Sul-Sul, juntamente com outras bases geopolíticas, com base em uma redefinição do multilateralismo em termos de solidariedade, reciprocidade, igualdade, interdependência e ecodependência.

Com uma sensibilidade aberta aos processos de mudança em curso em nossa região – com explosões de esperança e novos impulsos populares – mas também cientes do peso das forças retrógradas e oligárquicas, **nós do Pacto Ecosocial e Intercultural do Sul continuaremos promovendo protestos e propostas, críticas e alternativas, resistências e reexistências no Pluriverso**. Para isso, retomamos as narrativas relacionais e os conceitos de horizonte que foram forjados nas últimas décadas por meio de diferentes lutas e sempre estando ao lado delas: os direitos da Natureza, o bem viver, a justiça redistributiva, o cuidado, as transições justas, a autonomia, o pós-extratativismo, os feminismos ecoterritoriais, a soberania alimentar e a autonomia.

Não defendemos qualquer Pacto. O nosso não é o Pacto Verde hegemônico de acordos e acordos entre os atores dominantes, mas um Pacto com a Terra, do e para o Sul Global. É um Pacto entendido como um compromisso com outras formas de ser e existir no mundo. ■

* A Declaração de Bogotá foi redigida após a Assembleia Anual do Pacto Ecosocial do Sul, realizada em Bogotá, Colômbia, em março de 2023. Mais informações sobre o Pacto Ecosocial do Sul podem ser encontradas em seu [site](#) ou em suas redes [X](#), [Facebook](#) e [Instagram](#).

> Manifesto para alternativas sócio-ecológicas na Nigéria

por **Convergências alternativas sócio-ecológicas da Nigéria**



| Crédito: Breno Bringel, Abuja, Nigéria, 2024.

A Nigéria está na linha de frente das principais ameaças sociais e ecológicas. Nas últimas décadas, os desafios que o país enfrenta aumentaram tremendamente, manifestando-se por meio de múltiplas camadas de impacto que ameaçam o bem-estar e até mesmo a sobrevivência do povo nigeriano. Embora o país tenha desfrutado de um dos melhores climas e ecossistemas mais diversos do mundo, esse imenso legado natural agora está em um ponto crítico de inflexão por conta da acentuação das mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição e outros danos ecológicos. Décadas de extração mineral imprudente e mal regulamentada, degradação ambiental sistemática em nome da “urbanização” e “industrialização”, desenvolvimento e implementação de políticas precárias e o crescente impacto das mudanças climáticas se combinaram para apresentar ao país ameaças ecológicas de proporções existenciais. Em todas as frentes, os ecossistemas estão se deteriorando, as comunidades estão em perigo e o futuro é incerto.

Apesar da natureza manifesta dessas ameaças, as autoridades nigerianas nos níveis federal, estadual e local permanecem imperturbáveis e continuam a permitir práticas que aceleram o extrativismo imprudente e a destruição sistemática do ambiente natural, em detrimento da população local. A dura realidade que confronta o estado nigeriano e seu povo é que algo deliberado, fundamental e radical deve ser feito para verificar os impactos atuais e emergentes da crise socioecológica.

A Carta que apresentamos aqui é um chamado ousado para uma profunda revisão do cenário socioecológico

da Nigéria. Ela oferece uma visão e um modelo para uma ordem socioecológica sustentável, justa e equitativa que coloca o maior valor no bem-estar das pessoas e na proteção do ambiente natural.

Os desafios que enfrentamos não têm precedentes. As florestas desapareceram em grande parte de todo o país. O ar está cada vez mais nocivo. As fontes de água estão fortemente contaminadas. O Delta do Níger, outrora um ecossistema vibrante, há muito tempo é associado à poluição por hidrocarbonetos de proporções ecocidas. A desertificação é galopante e as secas se tornaram comuns. Os corpos d’água estão encolhendo e desaparecendo. As enchentes são mais severas e regulares. Os níveis do mar costeiro estão subindo rapidamente e engolfando comunidades. Os rendimentos agrícolas estão diminuindo. Portanto, é imperativo que ajamos com determinação e urgência neste momento, e esta Carta descreve um plano para enfrentar o mais urgente desses desafios.

Nossa visão é de uma Nigéria onde a integridade ecológica, a justiça social e o bem-estar econômico coexistem. Devemos dar luz a uma nova Nigéria onde os direitos da natureza sejam respeitados, onde as comunidades tenham controle sobre seus recursos e desfrutem da democracia de recursos, e onde todos tenham acesso a ar limpo, água e ambiente saudável. Este manifesto descreve um caminho em direção a essa visão, enraizado nos princípios de justiça ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Nós imaginamos uma Nigéria onde os nigerianos conduzem as transformações que ocorrem em seu ambiente.

>>

> Princípios fundamentais da Carta de Alternativas Sócio-Ecológicas da Nigéria

Esta Carta está ancorada nos seguintes princípios fundamentais e preceitos ideológicos:

- **Justiça Ecológica.** Este princípio reconhece o impacto desproporcional da degradação ambiental e das mudanças climáticas sobre as pessoas em comunidades pobres e marginalizadas e pressiona pelo reconhecimento dessa desproporcionalidade nas respostas ambientais e climáticas nacionais e globais.
- **Participação das Pessoas.** Este princípio enfatiza o surgimento de comunidades ativas e resilientes que são capacitadas a participar de todos os processos de tomada de decisão que afetam suas vidas e bem-estar ecológico.
- **Sustentabilidade.** Este princípio reconhece a resiliência e o know-how dos povos indígenas e promove suas habilidades, cultura e competências no desenvolvimento de soluções e práticas ecológicas sustentáveis de longo prazo que protegem o meio ambiente e promovem práticas sustentáveis adicionais.
- **Responsabilidade.** Este princípio destaca a necessidade de responsabilizar as corporações e entidades governamentais por suas pegadas ecológicas. Ele é baseado na firme convicção de que as corporações e os governos devem cumprir os regulamentos e princípios estabelecidos de não causar danos, enfrentar penalidades quando violarem estes e reparar quaisquer danos que suas atividades tenham causado.
- **Solidariedade e Parceria.** Este princípio reconhece o valor de promover a unidade e a cooperação entre diversas comunidades e movimentos ao redor do mundo com o objetivo geral de construir forças fortes, vibrantes e unidas para a transformação ecológica e proteção do planeta.

> Carta de Reivindicações

1. Seca e Desertificação

Nas últimas décadas, os estados do norte da Nigéria têm sofrido secas crescentes. Esses períodos prolongados de chuvas abaixo da média, que não atendem às necessidades de água para plantações e gado, resultaram em uma perspectiva terrível para o bem-estar socioeconômico geral das pessoas. Sendo predominantemente agricultores, os povos indígenas nas áreas afetadas sofrem reduções significativas de renda devido a colheitas perdidas e mortes de gado.

A seca também se manifesta por meio de riscos graves à saúde que podem impactar perigosamente as populações indígenas. O estresse hídrico e a falta de nutrição adequada levam a problemas de saúde, como desnutrição, particularmente entre grupos vulneráveis, incluindo crianças e idosos. A pobreza geral e a precariedade geradas por quebras de safra induzidas pela seca e escassez de água forçam as populações rurais a migrar, desencadeando conflitos e criando desafios socioeconômicos.

Os efeitos das mudanças climáticas, pastoreio excessivo, desmatamento e práticas insustentáveis de uso da terra, juntamente com a exposição prolongada à seca, causaram a desertificação em vários estados no norte da Nigéria. Isso resulta na perda de terras aráveis, comprometendo a segurança alimentar e os meios de subsistência. Os registros indicam que a desertificação já afetou cerca de 75% das terras nos estados da linha de frente, o que equivale a cerca de 43% da área total de terras na Nigéria. Também é estimado que o deserto se expanda do nordeste para o noroeste da Nigéria em 600 metros anualmente. É igualmente estimado que cerca de 50% dos corpos d'água no norte da Nigéria tenham encolhido significativamente por conta da seca e da desertificação. O encolhimento do Lago Chade foi parcialmente atribuído a essas mesmas causas raiz.

É vital que o governo tome medidas imediatas e apropriadas para garantir que os impactos da seca e da desertificação sobre as pessoas vulneráveis sejam mitigados e que outras medidas políticas sejam tomadas para reverter a tendência.

Em consonância com isso, a população demanda: iniciativas de florestamento e reflorestamento, apoio a estratégias de adaptação da comunidade, gestão ambientalmente sustentável da terra e projetos de conservação de água.

2. Inundações

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as inundações são o desastre mais comum e recorrente na Nigéria. Desde pelo menos 2012, a Nigéria tem sofrido com inundações recorrentes e cada vez mais severas, que impactam comunidades em todo o país com consequências devastadoras. As inundações de 2012 estavam entre as mais significativas da história recente, afetando mais de 30 dos 36 estados da Nigéria, deslocando milhões de pessoas e causando danos extensos a casas, infraestrutura e terras agrícolas. Este evento marcou uma intensificação dos desafios ecológicos que o país continua a enfrentar.

Nos anos subsequentes, o padrão de inundações severas persistiu, com grandes incidentes ocorrendo quase anualmente. As inundações são frequentemente atribuídas a chuvas pesadas e prolongadas, sistemas de drenagem urbana precários, desmatamento e liberação de água de represas. As de 2018 e 2020 foram particularmente destrutivas, afetando grandes áreas e levando a perdas econômicas substanciais.

O impacto nas comunidades nigerianas tem sido profundo. As inundações levaram à perda contínua de vidas, ao deslocamento de famílias e à destruição de infraestrutura crítica, incluindo estradas, pontes e escolas. O setor agrícola foi severamente afetado, com terras agrícolas submersas, colheitas destruídas e gado perdido, levando a dificuldades econômicas para os agricultores e contribuindo para a escassez nacional de alimentos. Além disso, os riscos à saúde aumentaram devido a doenças transmitidas pela água e à interrupção do fornecimento de água limpa.



Apesar desses impactos se intensificarem, o governo continua a falhar em projetar respostas que sejam eficazes e sustentáveis. A resposta das autoridades tem sido, em grande parte, fornecer alívio de emergência esquelético e alertas precoces. Essas medidas têm sido frequentemente ineficientes e insuficientes para mitigar totalmente os impactos das inundações. Quando os alertas de inundação são transmitidos, não há esforço correspondente para apoiar comunidades que precisam de realocação e cuja sobrevivência está ameaçada.

Em consonância com isso, as pessoas exigem: infraestrutura de controle de enchentes, proteção de zonas úmidas, realocação de comunidades altamente afetadas, assistência econômica, ir além de simples alertas precoces e respostas às mudanças climáticas.

3. Desmatamento

A Nigéria tem uma das maiores taxas de desmatamento do mundo. De acordo com as Nações Unidas, estima-se que 3,7% de suas florestas sejam destruídas a cada ano. As principais causas são a limpeza de terras para rápida expansão agrícola e a extração de madeira, tanto legal quanto ilegal, que estão principalmente ligadas à corrupção e à aplicação ineficaz da lei. A cobertura florestal da Nigéria foi drasticamente reduzida de cerca de 40% na década de 1960 para menos de 10%. Com o aumento da taxa de desmatamento, o cenário se tornou muito pior hoje. O desmatamento ameaça a biodiversidade, contribui para as mudanças climáticas e interrompe os ciclos da água. A perda da cobertura florestal não só impacta negativamente a vida selvagem, mas também as comunidades locais que dependem das florestas para sua subsistência.

Novas ameaças contra as florestas surgiram recentemente. Cada vez mais, as florestas na Nigéria estão sendo percebidas como outra fonte de renda geradora de renda para encher os cofres dos estados. Isso resultou em um impulso sem precedentes para derrubar florestas por seu valor monetário. Também é digno de nota que, nos últimos tempos, os esforços globais para mitigar as mudanças climáticas resultaram em uma nova onda de “mercantilização” e “apropriação” florestal por seu valor na geração de créditos de carbono ilusórios. O valor das florestas não pode ser avaliado em termos monetários sem cair na armadilha de acreditar que a natureza não pode ser protegida a menos que haja um valor financeiro associado a ela.

Em consonância com isso, o povo exige: iniciativas comunitárias para proteger as florestas, o fim da financeirização da natureza, o fim da extensão das plantações e o reflorestamento.

4. Direitos à Água

Bilhões de pessoas ao redor do mundo ainda não têm acesso à água limpa, com grupos vulneráveis como mulheres, crianças e a classe baixa da sociedade tendo que sofrer desproporcionalmente e gastar quantias exorbitantes para garantir essa necessidade. Em muitos casos, essa falta e escassez leva à deterioração da saúde pública, da segurança e do bem-estar geral das pessoas. A crise é pior em países em desenvolvimento,

incluindo a Nigéria, onde restrições econômicas, deficiências de infraestrutura, maquinações neocoloniais, desafios ambientais e falhas sistêmicas de governança se combinam para tornar os direitos à água uma emergência nacional e ambiental urgente e uma manifestação clara das desigualdades gritantes na sociedade. Na Nigéria, há um debate em andamento sobre se a água deve ser considerada um bem público ou uma mercadoria econômica, na luta entre a propriedade pública e o controle privado dos recursos hídricos.

É importante notar que a imposição colonial de estruturas capitalistas estabeleceu as condições iniciais que eventualmente resultaram nos desafios da água agora vivenciados na Nigéria. Essas políticas facilitaram a exploração de recursos naturais e mão de obra, estabelecendo um precedente para políticas pós-coloniais que continuam a gerenciar a água como um recurso empresarial. O estresse colocado no abastecimento de água está sendo exacerbado pelos impactos das mudanças climáticas e da poluição generalizada, especialmente como resultado da extração de hidrocarbonetos e mineração.

O povo proclama corajosamente que os direitos à água são questões éticas, sociais e de justiça. Observamos que a Nigéria é signatária do reconhecimento das Nações Unidas do direito universal à água e ao saneamento (Resolução 64/292 de 2010). Além disso, a poluição de corpos d'água na Nigéria é uma violação dos direitos da natureza que reconhece rios, florestas e ecossistemas como entidades com direitos.

De acordo com isso, o povo exige: a descentralização da gestão da água, resistência à comercialização da água, reconhecimento do acesso à água limpa como um direito humano, sanções severas para a poluição da água e reconhecimento dos direitos da natureza.

5. Conservação da Biodiversidade e Restauração de Ecossistemas

A Nigéria tem ecossistemas diversos, que vão de florestas tropicais e savanas a manguezais costeiros e pântanos. Esses ecossistemas suportam uma ampla gama de micro-organismos, plantas e animais, incluindo muitas espécies que não são encontradas em nenhum outro lugar da Terra. A Nigéria abriga mais de 864 espécies de pássaros, 117 anfíbios, 203 répteis, 775 peixes, 285 mamíferos, 4.715 plantas vasculares e muitas espécies não documentadas.

A biodiversidade da Nigéria enfrenta sérias ameaças da agricultura industrial (caracterizada pelo uso excessivo de agroquímicos, cultivo excessivo, monoculturas, etc.), desmatamento, degradação do solo, poluição, superexploração de recursos naturais e mudanças climáticas. Outros riscos incluem aqueles impostos pela superpopulação, rápida urbanização, industrialização, desenvolvimento econômico precário e leis e políticas ineficientes sobre conservação da biodiversidade.

Em resposta ao declínio da produção agrícola, o governo permitiu a adoção de organismos geneticamente modificados (OGMs) e fertilizantes e pesticidas químicos que des-



troem ainda mais a biodiversidade e o meio ambiente. Ao longo dos anos, a dependência de agroquímicos no setor agrícola nigeriano tem aumentado, com mais de 80% dos agricultores na Nigéria atualmente usando pesticidas e fertilizantes inorgânicos. Os agricultores desconhecem a composição desses pesticidas e, muitas vezes, não os aplicam de acordo com as especificações.

O povo exige a adoção e promoção da agroecologia como uma solução para os desafios de biodiversidade que o país está enfrentando. A agroecologia é uma abordagem holística e integrada que aplica simultaneamente conceitos e princípios ecológicos e sociais ao desenho e gestão da agricultura e dos sistemas alimentares. Ela otimiza as interações entre plantas, animais, humanos e o meio ambiente, ao mesmo tempo em que aborda a necessidade de sistemas alimentares socialmente equitativos dentro dos quais as pessoas podem exercer escolha sobre o que comem, bem como sobre como e onde é produzido.

Em consonância com isso, o povo exige: uma transição para a agroecologia, um aumento no apoio aos pequenos agricultores, a incorporação doméstica da Convenção sobre Diversidade Biológica, a adoção do princípio da precaução, a proteção de áreas reservadas e a remoção dos direitos de patente de todas as sementes de plantas e alimentos.

6. Mineração e Minerais Sólidos

Embora a mineração de minerais como estanho, columbita, tantalita, volframita, chumbo, zinco, ouro, carvão, etc. seja disseminada na Nigéria, sua contribuição para a economia nigeriana é bastante insignificante. A mineração de minerais na Nigéria responde por apenas 0,3% do seu PIB. Nos últimos anos, no entanto, o governo nigeriano tem buscado ativamente diversificar sua economia além da dependência de petróleo e gás, revitalizando o setor de mineração. Os principais desenvolvimentos neste setor incluem uma série de iniciativas, como reformas regulatórias, que criam uma estrutura legal para a mineração, como a Nigerian Minerals and Mining Act [Lei de Minerais e Mineração da Nigéria] de 2007 e a Nigerian Mining Regulation [Regulamentação da Mineração Nigeriana] de 2011.

Nos últimos tempos, a mineração artesanal em pequena escala se tornou mais proeminente no setor. Isso envolve essencialmente coletar e refinar metais e minerais de minérios secundários e primários usando técnicas brutas. Essa atividade informal, impulsionada pela pobreza, é ambientalmente prejudicial e representa sérios riscos à saúde e à segurança de trabalhadores e comunidades. Seja mineração artesanal ou atividades de mineração em larga escala sancionadas pelo governo, os impactos negativos são os mesmos. As atividades de mineração geram vários impactos no meio ambiente, incluindo degradação da terra, erosão, perturbação ecológica, destruição da flora natural, poluição do ar, da terra e da água, riscos à saúde e riscos de radiação.

Um dos maiores problemas globais da exploração de minerais sólidos e mineração é o efeito da mudança climática. Em seus processos de enfraquecimento radioativo, alguns minerais se desintegram espontaneamente,

irradiando e liberando excesso de energia capaz de afetar negativamente a temperatura ambiental global. A exploração e mineração de minerais sólidos também produzem gases nocivos, como o metano, que podem levar a incêndios e danos ao meio ambiente.

A exploração e mineração de minerais sólidos envolvem a desobstrução maciça de vegetação e plantas da crosta. Isso expõe a terra nua, tornando-a mais suscetível à invasão do deserto e afetando negativamente pessoas, animais, plantas, produtividade agrícola, uso/planejamento da terra e espécies particularmente ameaçadas. O impacto da degradação da terra inclui intemperismo, erosão, formação de ravinas e movimentos de massa, que são desafios significativos associados à exploração e mineração de minerais sólidos. Esses problemas podem resultar de rejeitos de minas, depósitos de resíduos, escavação descontrolada, poços de mineração abandonados e fracasso na restauração de terras mineradas.

As atividades de mineração também têm impactos negativos na saúde, na vida e no comportamento cultural das pessoas devido à introdução no meio ambiente de metais tóxicos, cancerígenos e nocivos, bem como despejos de minas e rejeitos. Essas emissões contaminam o ar, a água e o solo, tornando-os inseguros para humanos, animais e plantas. Em Zamfara, onde ocorre a mineração de ouro, a exposição ao mercúrio pode prejudicar o sistema nervoso central e causar problemas nos olhos, pele e estômago; problemas respiratórios; insônia; irritabilidade; indecisão; dores de cabeça; fraqueza; e perda de peso.

Para lidar com esses males, o povo exige: aplicação de regulamentações de mineração, exigindo o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas afetados; pesquisa adequada sobre depósitos minerais na Nigéria; adesão às melhores práticas internacionais, incluindo descomissionamento e zonas livres de mineração.

7. Transição Energética

Como o setor energético global é a maior fonte de emissões globais de gases de efeito estufa, responsável por cerca de 73% das emissões totais, a transição energética deve se concentrar na mudança de fontes de energia responsáveis pelas emissões para fontes renováveis como eólica, solar e hidrelétrica. O objetivo deve ser cortar as emissões de CO₂ na fonte, a fim de mitigar significativamente os impactos das mudanças climáticas. A Nigéria se juntou a outros países na definição de metas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Essas metas são delineadas em várias estruturas nacionais, incluindo uma meta de atingir Emissões Líquidas Zero até 2060, capturada nas Contribuições Nacionais Determinadas (NDCs) de 2021.

A transição energética é crítica para alcançar um futuro sustentável. No entanto, há uma série de preocupações que a conversa nacional sobre transição energética não aborda. A primeira é que a necessidade de transição é uma questão de justiça. A Nigéria e outros países que sofrem os piores impactos das mudanças climáticas contribuíram menos para produzir as emissões históricas que causaram a crise climática. A esse respeito, os países



com as maiores emissões históricas devem arcar com a maior responsabilidade pela transição, incluindo seu financiamento. Nossa abordagem à transição deve, portanto, ser através das lentes da justiça: ela deve abordar os danos históricos e criar espaço para reparação, bem como atender às necessidades energéticas das comunidades.

Uma dificuldade importante que a Nigéria enfrenta é garantir energia para cozinhar. A lenha é uma importante fonte de energia para muitos nigerianos, com mais de 70% das famílias dependendo dela para cozinhar e se aquecer. Essa dependência é particularmente alta em áreas rurais, onde fontes alternativas de energia são menos acessíveis. O uso de lenha contribui para o desmatamento, pois as árvores são cortadas para lenha. O desmatamento, por sua vez, reduz o número de árvores disponíveis para absorver CO₂, aumentando assim os níveis de carbono atmosférico.

É importante estar ciente de que a busca pelos chamados minerais de transição para impulsionar fontes de energia renováveis não deve reforçar as mesmas desigualdades e abusos que a extração de combustíveis fósseis gerou. A Nigéria deve conscientemente evitar ficar presa em outro caminho energético que recrie as mesmas relações exploratórias de produção e expande zonas de sacrifício por toda a nação.

Em consonância com isso, as pessoas exigem: desenvolvimento de políticas inclusivas e engajamento das partes interessadas, transição de emprego, remuneração, recuperação ambiental e acesso à energia limpa.

8. Extração de petróleo e gás

Desde 1956, o petróleo bruto tem sido extraído em quantidades comerciais do Delta do Níger sem parar. De alguns poços de petróleo iniciais em terra, o negócio de extração se expandiu tremendamente com locais de extração de petróleo ativos em todo o Delta do Níger e no estado de Lagos. Por conta das vastas atividades de exploração de petróleo e gás, o Delta do Níger é um enorme campo de petróleo e gás. A região também é responsável por uma parcela substancial da produção global de gás com reservas comprovadas de 192 trilhões de pés cúbicos. A extração de petróleo e gás da região criou imensas oportunidades para a Nigéria ganhar enormes receitas nos níveis nacional e subnacional.

Apesar dos ganhos massivos com hidrocarbonetos, as condições nas comunidades dentro do Delta do Níger onde a extração acontece são incredivelmente horríveis. As mais de 40 milhões de pessoas que vivem nesta região produtora de petróleo e gás não se beneficiaram das enormes quantidades de recursos bombeados de baixo de suas terras, rios e riachos. Em vez de melhorar o bem-estar, a infraestrutura, a saúde, a educação e a segurança, as receitas do petróleo e do gás impulsionaram um paradigma incomum de pobreza, conflito, repressão e subdesenvolvimento.

Os principais problemas da região foram criados por atividades imprudentes de extração de hidrocarbonetos. Por exemplo, dos 3,5 bilhões de pés cúbicos de gás asso-

ciado estimados para serem produzidos anualmente na Nigéria, 2,5 bilhões de pés cúbicos (70%) são queimados em chamas de gás. A queima de gás associado continua não porque não haja alternativas para gerenciar o gás de uma forma que tenha menos impacto ambiental, mas porque as empresas petrolíferas e o governo nigeriano têm consistentemente se recusado a pará-la. As empresas petrolíferas em particular consideram mais barato e mais conveniente continuar queimando gás do que estabelecer a infraestrutura necessária para gerenciá-lo. Os prazos para acabar com a queima de gás continuaram a ser alterados de 1979 para 2030 e talvez até 2060. Mesmo depois que uma sentença judicial declarou a queima de gás ilegal, o governo prefere as multas insignificantes pagas pelas empresas petrolíferas a tomar qualquer ação real para acabar com a queima de gás.

O movimento de produtos de hidrocarbonetos de vários pontos de extração para terminais de onde são transportados para a Europa, EUA e outros lugares resultou em até 7.000 quilômetros de canos enterrados sob a terra, pântanos e rios do Delta do Níger, às vezes bem em frente às fazendas e quintais das pessoas. Alguns desses canos estão enterrados há mais de 40 anos; com regularidade alarmante e principalmente por conta da idade e corrosão, os canos se rompem, liberando petróleo bruto que destrói plantações, envenena rios, polui córregos e desloca comunidades inteiras. Fica pior: às vezes, os canos rompidos explodem em grandes incêndios que queimam por dias, incinerando comunidades inteiras e seus meios de subsistência.

Após quase 70 anos de extração de petróleo com todos os impactos devastadores para o meio ambiente, meios de subsistência e direitos humanos, as maiores empresas petrolíferas transnacionais que operam no Delta do Níger – Shell, ExxonMobil, Total Energies, Chevron e Eni – aperfeiçoaram planos para vender seus ativos, mudar para águas mais profundas ou simplesmente deixar a região. À medida que eles saem e as empresas nigerianas compram os campos de petróleo deixados por essas grandes petrolíferas, não há disposições sobre quem é responsável pela contaminação histórica e questões socioecológicas relacionadas. À medida que as empresas desinvestem e os atores locais assumem o controle, todos eles imediatamente negam a responsabilidade pelos danos históricos. Para as comunidades produtoras de petróleo e impactadas, o desinvestimento significa que as possibilidades de responsabilizar as corporações pela poluição se tornam mais remotas.

Consequentemente, o povo exige: uma auditoria ecológica do Delta do Níger; resposta emergencial a desastres; e desinvestimento de empresas petrolíferas. ■

**Este Manifesto foi lançado na Reunião de Convergência de Alternativas Socioecológicas da Nigéria, realizada em Abuja em 20 de junho de 2024. A Carta é um documento vivo e será revisada periodicamente pelos povos da Nigéria para verificar o nível de resposta dos formuladores de políticas e incluir outras áreas onde as pessoas e o meio ambiente são tratados como descartáveis*

> Manifesto

para um novo internacionalismo popular na Europa

por **ReCommons Europe**

| Crédito: [ReCommons Europe](#), 2020.



As instituições europeias (da UE como um todo e da área do euro dentro dela) são estruturalmente neoliberais, antidemocráticas e desiguais. Elas constituem um obstáculo ao atendimento das necessidades, demandas e direitos das classes populares em cada país, bem como à solidariedade e igualdade entre as populações dos estados-membros. Ao combater a lógica da competição, bem como da perspectiva de uma transição ecológica, o nível europeu de lutas e de construção de alternativas é de particular importância.

Queremos transformar a Europa em nossa casa comum, mas isso é impossível dentro da estrutura das instituições europeias existentes. Portanto, propomos um cenário que se baseia em lutas sociais existentes nos níveis local, nacional e transnacional para desobedecer, confrontar e romper com as instituições europeias antidemocráticas e capitalistas, e substituí-las por novas formas de cooperação popular e instituições democráticas por toda a Europa.

> As principais características do cenário de “rebelião” por uma Europa comum

1. Precisamos implementar imediatamente nossos objetivos sociais, ambientais e políticos alternativos por meio de plataformas permanentes coordenadas e orientadas para a cooperação e movimentos de desobediência em níveis local, regional, nacional e europeu, e em relação a todos os assuntos ou questões específicas

(por exemplo, dívida, políticas de migração, transição ecológica, acordos neocoloniais com o Sul Global, incluindo a “Europa Oriental”, etc.). Diferentes atores políticos devem desobedecer aos tratados, ditames e decisões da UE. Eles devem deixar claro que o fazem juntos para implementar políticas alternativas e estabelecer uma cooperação recém-instituída e de longo prazo (em relação a todos os assuntos ou questões específicas).

Essa desobediência pode ser baseada em lutas existentes e em campanhas específicas (em todos os campos, como direitos trabalhistas, políticas monetárias, antirracismo, etc.). Ela deve, sempre que possível, demonstrar a eficiência potencial da implementação de objetivos democráticos, ambientais e sociais em nível europeu, em contradição com os Tratados existentes e as políticas neoliberais. Se um ator político estiver isolado, ele ainda pode deslegitimar políticas e instituições existentes, desobedecê-las implementando soluções alternativas e propor abertamente novas formas de cooperação popular e auto-organização em todos os níveis possíveis.

2. As lutas existentes a nível nacional devem destacar as interações entre as políticas das classes dominantes nacionais e a ideologia, economia política e instituições europeias dominantes. Para romper com a hegemonia do capital, as consultas e mobilizações populares devem focar em objetivos concretos e no programa que deve ser apresentado para combater as classes dominantes e instituições da UE. O confronto também consistirá na implementação de ferramentas defensivas contra

>>

-ameaças e ataques da UE, bem como iniciativas políticas ofensivas para desestabilizar o bloco neoliberal e provocar uma crise de legitimidade que impeça o funcionamento das instituições europeias. A implementação de tais ferramentas deve ser feita o mais rápido possível por um ator político por meio de medidas unilaterais, como: a suspensão do pagamento da dívida durante uma auditoria; um programa de política pública criando empregos com base em uma tributação específica; o controle do fluxo de capital; ou algumas socializações/nacionalizações vinculadas a lutas e demandas específicas.

Se um ator político estiver isolado, ele ainda deve implementar essas ferramentas por si só e, por meio de um apelo à mobilização popular em toda a Europa (e não apenas dentro de sua própria área geográfica), deve convidar outros atores a contribuir para o processo de deslegitimação e, portanto, para uma crise política das instituições europeias.

3. Tais ferramentas defensivas e iniciativas políticas ofensivas necessariamente envolvem governos populares em nível nacional rompendo com os Tratados e instituições europeus. Todas as medidas tomadas por um governo popular exigem uma ruptura, pelo menos em nível nacional, com as políticas e regras europeias dominantes existentes. Devemos demonstrar claramente que o que defendemos não se baseia no “interesse nacional”, mas as razões para nossa posição são políticas, sociais, ambientais e democráticas; e dizem respeito a todas as pessoas dentro e fora da atual União.

Defendemos a necessidade absoluta de um sistema monetário e moeda controlados democraticamente e, portanto, a necessidade de socialização dos bancos e de controle do fluxo de capital. Essas medidas estão em conflito com os Tratados e a união econômica e monetária (UEM) da União Europeia. Um governo popular pode decidir sair da UEM e/ou da UE (por exemplo, invocando o Artigo 50) ou aceitar o desafio de ser expulso da UEM ou da UE.

> Iniciar um processo constituinte

Processos constituintes devem ser iniciados em todos os níveis possíveis para construir alternativas que visem desenvolver uma nova cooperação política na Europa. Isso deve ser baseado em uma plataforma comum contra as classes dominantes e instituições europeias e locais, bem como correntes xenófobas. Também deve favorecer os direitos sociais dos trabalhadores e de todas as classes subalternas, bem como a defesa do meio ambiente.

O cenário não pode ser previsto em detalhes, mas, por exemplo, uma aliança de associações, cidades rebeldes, regiões ou estados poderia lançar um “processo constituinte rebelde” (relativo a prerrogativas funcionais globais ou específicas), aberto até mesmo a espaços políticos

não envolvidos desde o início no processo de desobediência. Esses processos constituintes, com diferentes formas de acordo com as situações e níveis envolvidos (de fóruns e redes municipais a Assembleias Constituintes em nível nacional ou europeu associadas a plataformas internacionalistas) devem ser lançados para criar uma nova cooperação, para favorecer o processo de ruptura de atores políticos vizinhos que ainda não embarcaram nesse processo, para dismantlar a Fortaleza Europa e, finalmente, para criar instituições alternativas nos níveis europeu e internacional. Se um ator político estiver isolado, ele deve lançar esse “processo constituinte rebelde” para o território ou função em questão e propor que outros atores se juntem ao processo.

> Propostas: iniciativas imediatas

Cada uma das características anteriores requer algumas iniciativas imediatas. Os principais requisitos dizem respeito ao desenho coletivo e à apropriação popular das ferramentas específicas necessárias para desobedecer, confrontar e lançar processos constituintes, bem como à reunião das forças sociais e políticas que podem operá-los.

Propomos que todas as forças progressistas (sindicatos, organizações políticas, associações, coletivos ativistas, etc.) adotem objetivos semelhantes: fortalecer conjuntamente suas críticas às instituições europeias capitalistas e antidemocráticas e especificar em conjunto suas propostas para romper com a hegemonia dessas instituições e reconstruir novas formas de cooperação popular; atualizar, compartilhar e popularizar textos convergentes, como o Manifesto do *Altersummit* e o Manifesto do *ReCommonsEurope*; encorajar o desenvolvimento de todas as iniciativas significativas nos níveis local, nacional e europeu em favor de “processos constituintes rebeldes”; e aproveitar as eleições europeias para realizar campanhas e lançar debates populares sobre esse cenário e suas implicações, informar sobre as iniciativas existentes e espaços alternativos que poderiam participar desse cenário e reunir forças sociais e políticas em torno deles. ■

** Este texto reproduz (com pequenas reformulações) o Capítulo 9 (Lutas sociais, confrontos políticos e processos constituintes na Europa) do Manifesto para um Novo Internacionalismo Popular na Europa, que foi originalmente apresentado em março de 2019. Esse Manifesto foi elaborado por um grupo de ativistas e pesquisadores de uma dúzia de países da Europa que desejavam propor um projeto a ser seguido por forças populares de esquerda. Ele fazia parte do [ReCommonsEurope Project](#) [Projeto ReCommonsEurope], iniciado por duas redes internacionais (CADTM e EReNSEP) e o sindicato basco ELA, a fim de contribuir para os debates estratégicos que ocorrem dentro da esquerda popular europeia.*

> Além da diferença: similaridade em um mundo pluriversal

por **Lidia Becker** e **Christine Hatzky**, Universidade Leibniz Hannover, Alemanha



Crédito: Anderson Guerra, 2018, no Pexels.

O presente é caracterizado por catástrofes ambientais, guerras, dessolidariedade e rápido progresso tecnológico com consequências imprevisíveis. As práticas de exploração se intensificaram sob o capitalismo neoliberal e aceleraram o deslocamento e a extinção de muitas populações terrestres – humanas e não humanas. À luz desses desafios planetários atuais, argumentamos por analisá-los “além da diferença” e desbloquear o potencial da similaridade como um conceito mediador para as humanidades e ciências sociais, de acordo com o trabalho de Anil Bhatti.

> **Pluriversalidade: parentesco, igualdade e interconexão**

Categorias de diferença, conforme desenvolvidas no pós-colonialismo crítico e nos estudos de gênero, são úteis para desconstruir desigualdades e hierarquizações, mas negligenciam o reconhecimento de similarida-

des – relações, analogias, associações, simultaneidades e interespaços – como um pré-requisito para a empatia e a prática social de construção de coesão. As filosofias indígenas andinas de Sumak Kawsay ou *Buen Vivir* [Bem Viver] assumem o pensamento por meio de conexões na figura da pluriversalidade para superar práticas coloniais e patriarcais. Em um “mundo pluriversal”, ordens sociais de sujeitos humanos e não humanos (legais) coexistem em igualdade de condições e a Terra não é considerada um recurso, mas um ser gerador de vida, onde tudo está conectado a todo o resto.

O conceito de pluriverso é ontológico-processual no sentido de envolver um dever comum de humanos e natureza. Uma mudança semelhante de perspectiva é proposta pelo pós-humanismo crítico desenvolvido nas regiões anglo-americana e europeia, que enfatiza as relações de parentesco entre entidades humanas e não humanas em vez de diferenciá-las. Essa abordagem se refere a visões decoloniais e não antropocêntricas da

>>

América Latina, África e Ásia, mas, em comparação, dá maior importância ao desenvolvimento tecnológico para o futuro terrestre. Ligada a isso está a discussão sobre a habitabilidade do planeta onde os “terráqueos” têm uma chance de sobrevivência e onde a tecnologia antropomórfica, com suas oportunidades e perigos, desempenha um papel fundamental. O conceito de similaridade ganha importância neste contexto porque o desenvolvimento tecnocientífico torna as máquinas cada vez mais semelhantes aos humanos e intensifica a ambivalência do poder criativo da humanidade.

> Muito barulho sobre diferenças, pouco sobre semelhanças

Há vertentes da literatura de pesquisa que são relevantes para a análise baseada em similaridade do vínculo entre conceitos não antropocêntricos de pluriversalidade e abordagens pós-humanas. A primeira vertente é formada pelas perspectivas discutidas na América Latina com base em várias cosmologias indígenas (lideradas, entre outros, por A. Escobar, M. de la Cadena, M. Blaser e A. Krenak), bem como os conceitos de convivialidade (desenvolvidos por Sergio Costa) e coexistência abordados em estudos latino-americanos. Desde a antiguidade, o reconhecimento da similaridade tem sido repetidamente destacado como uma função cognitiva humana fundamental e como uma prática que fornece orientação – como imitação, mimetismo ou mimese – em discussões filosóficas e histórico-científicas. No entanto, a similaridade só surgiu recentemente em debates sobre teoria cultural e estudos literários, até agora sem esgotar seu potencial epistemológico.

Além dessas abordagens ainda vagamente formuladas, queremos tornar o conceito de similaridade frutífera para uma mudança de paradigma nas ciências humanas e sociais, valendo-nos de seus pensadores pioneiros (B. Spinoza, G. Leibniz, G. Tarde, W. Benjamin, Marcuse e outros), que formam a base para a segunda vertente da literatura de pesquisa. Até o momento, as ciências humanas e sociais têm trabalhado principalmente com categorias de diferença cujos fundamentos teóricos formam uma terceira vertente, a saber, conceitos estruturalistas, mas especialmente pós-estruturalistas (M. Foucault, J. Derrida, G. Deleuze). Essas perspectivas baseadas na diferença foram refletidas em conceitos pós/decoloniais e modernos-críticos (D. Chakrabarty, F. Coronil, S. Hall, R. Grosfoguel) e discutidos em estudos de gênero e queer, que juntos formam uma quarta vertente de pesquisa. Em um campo organizado ao longo de linhas interdisciplinares, esta quarta vertente desenvolveu com sucesso a análise da diferença para a desconstrução de fenômenos complexos de desigualdade em um nível global (G. Spivak, M. Lugones) e capturou os emaranhados de diferentes dimensões de desigualdade sob o conceito de interseccionalidade. O trabalho do campo do feminismo negro/mulheres de cor (b. hooks, K. Crenshaw) abriu caminho para a conscienci-

zação de que a categoria de gênero é constitutiva para a compreensão de etnicidade e classe.

Construções de identidade baseadas na diferença passaram a ser criticadas a partir da década de 1990, no curso do debate sobre a globalização, em parte por causa de sua compreensão essencialista da cultura, que não permite espaços intermediários (S. Hall, H.K. Bhabha). Tais construções de identidade estão no cerne da ideia de superioridade cultural de uma “civilização ocidental” baseada em construções de identidade simplistas e arbitrárias de “self” e “outro” que são adotadas por movimentos fundamentalistas e identitários. É por isso que o conceito de identidade baseada na diferença é questionável. Consequentemente, mesmo conceitos baseados na diferença com foco antropocêntrico têm sido recentemente buscados por meio de abordagens relacionais não essencialistas.

> Um último fio condutor que se liga à pluriversalidade e expande as conexões epistemológicas

A ameaça à vida planetária representada pelas mudanças climáticas e a destruição de ecossistemas que é agora tão óbvia coloca em questão, em particular, a diferenciação entre sociedade humana e natureza (B. Latour, P. Descola), conforme estabelecida no curso do Iluminismo (racionalidade) e consolidada na sociologia moderna. O conceito de similaridade também se presta aqui para superar as dicotomias da colonialidade entre natureza e humanidade/cultura, e para entender o ser humano meramente como parte de uma rede complexa.

Esta é a base para a quinta vertente de pesquisa, que abrange novos materialismos (K. Barad), pós-humanismo (D. Haraway, R. Braidotti), biopolítica afirmativa (V. Borsò) e tecnofeminismo (J. Wajcman, F. Costa). Estes estão abertos a abordagens decoloniais e cosmologias não ocidentais, que é o elo decisivo para o pensamento pluriversal. Enquanto isso, as filosofias africanas também abordam a tecnocolonialidade e o complexo entrelaçamento de tecnologia, natureza e humanos; e debatem as possibilidades de tecnologias decoloniais em um mundo pluriversal (A. Mbembe).

O que todas essas abordagens têm em comum é que elas reconfiguram relacionamentos empáticos entre as dimensões zoe, geo, techno e anthropo. Outras abordagens comparam filosofias asiáticas com as descobertas da física quântica e sua aplicabilidade nas ciências sociais e humanas (K. Fierke), abrindo assim múltiplas conexões na produção global de conhecimento. Em contraste com os estudos de ciência e tecnologia, o ângulo da tecnocolonialidade (R. Camarena et al.) é caracterizado por seu foco histórico e o conhecimento implícito de processos coloniais e decoloniais com base na expertise regional, bem como pela compreensão expandida de “tecnologia”



que identifica, por exemplo, a alfabetização como uma técnica colonial (W. Mignolo).

A especificidade da nossa proposta é discutir, sistematizar e desenvolver essas diferentes vertentes de epistemologias globais baseadas no pensamento relacional do ponto de vista de sua complementaridade, a fim de elaborar uma nova concepção não antropocêntrica das relações fluidas entre as entidades natureza-humano-tecnologia.

> **Novas (antigas) ontologias, crítica tecnológica e semelhança decolonial**

Nosso ponto central é até que ponto a percepção e a produção de similaridade podem contribuir para a formação de um mundo pluriversal, a fim de compreender e superar os riscos planetários essenciais da época atual, conhecida como Antropoceno ou Capitaloceno. Isso implica uma revisão fundamental da ontologia eurocêntrica e universalista como base das humanidades e ciências sociais. Em nossa opinião, as questões relacionadas devem ser discutidas ao longo dos três eixos temáticos a seguir:

1. **Natureza:** A demarcação moderna entre cultura e natureza, sujeito e objeto, que é fundamental para a epistemologia ocidental e foi desenvolvida sob o colonialismo, será questionada em termos de continuidades e reciprocidades entre sujeitos humanos e não humanos. Contrastaremos a dicotomização, que justifica a exploração de humanos e recursos naturais, com uma perspectiva relacional – pluriversal –, que é inerente às ideias inclusivas de micro e macrocosmos de culturas mais antigas, às filosofias da América Latina e às ‘ontologias planas’ discutidas em tempos recentes.

2. **Tecnologia:** A otimização de tecnologias para a exploração de paisagens naturais exteriorizadas e grupos de pessoas foi outra base do colonialismo e o epítome da racionalidade patriarcal. A penetração da vida cotidiana por novas tecnologias e a fusão da humanidade e da tecnologia evocam ceticismo justificado em relação à tecnocolonialidade – por exemplo, por meio da função de controle das tecnologias de comunicação. Isso, no entanto, é combatido pela esperança de possibilidades de desenho social. O feminismo pós-humano define o entrelaçamento da vida orgânica e da matéria não orgânica, incluindo tecnologias, como uma montagem, o que levanta a questão do conceito de tecnologia e da constituição do sujeito como um tomador de decisões.

3. **Humano:** O foco está em um modelo pluriversal de sociedade baseado na desconstrução da categoria de humano (definido como masculino, heteronormativo e branco). A prioridade é dada à criação de pontos em comum entre grupos de pessoas no sentido de convívio e solidariedade, além da diferença e da estrangeirice. Está em discussão até que ponto a exploração de pessoas e recursos naturais alterizados, que começou no colonialismo e continua no capitalismo, é responsável pela exaustão social nas diferenças e pelas crises ecológicas do presente. Enquanto isso, os riscos de homogeneização em contextos históricos e contemporâneos, por exemplo, por meio da exclusão da diversidade em regimes autoritários, não devem ser negligenciados.

O potencial inovador do nosso conceito reside na ligação interdisciplinar do conceito ontológico-processual de pluriversalidade com abordagens pós-humanas baseadas na prática de ordenação da similaridade. Reunimos essas abordagens para desenvolver uma nova concepção das relações entre as entidades natureza–humano–tecnologia no sentido de um continuum. O pensamento pluriversal e pós-humano compartilha críticas às abordagens de pesquisa pós-estruturalistas e pós/decoloniais baseadas em “diferença” e “alteridade” ao abordar as conceituações ocidentais da modernidade, seu universalismo e as promessas associadas a elas. O mundo moderno foi dividido em dicotomias hierárquicas e essencialistas (eu/outro, branco/negro, homem/mulher, civilizado/selvagem, sujeito/objeto, mente/corpo, cultura/natureza, diferença/similaridade), seguindo a lógica da modernidade–racionalidade–colonialidade.

Assim, a diferenciação foi declarada o paradigma da organização do conhecimento por excelência, enquanto a similaridade e a imitação foram rejeitadas na epistemologia ocidental como “não científicas” porque eram consideradas “primitivas”, “mágicas”, “próximas da natureza” e “pré-modernas”. Nossa abordagem, em contraste, integra o conceito relacional de similaridade ao paradigma decolonial, expande a consciência pluriversal do mundo para incluir uma crítica da tecnologia e transcende a produção de conhecimento baseada na diferença. ■

Contato com:

Lidia Becker <becker@romanistik.phil.uni-hannover.de>

Christine Hatzky <christine.hatzky@hist.uni-hannover.de>

> Protestos na Venezuela e Bangladesh: quando os autocratas desistem?

por **John Feffer**, Instituto de Estudos de Políticas Públicas, EUA

Crédito: Shutterstock.



Em um país, a líder cada vez mais autocrática após quinze anos se levantou e saiu depois de ser forçada a deixar o poder por uma oposição liderada por estudantes. No outro país, o líder cada vez mais autocrático após onze anos se recusou a abrir mão do poder diante dos protestos depois que fraudou eleições recentes para obter uma vitória apertada.

No primeiro país, Bangladesh, um governo interino liderado pelo economista ganhador do prêmio Nobel Muhammad Yunus substituiu a primeira-ministra Sheikh Hasina, que agora está exilada (mais uma vez) na Índia. Enquanto isso, no segundo país, Venezuela, Nicolás Maduro resistiu aos apelos dos Estados Unidos, da União Europeia e de outros países para deixar o poder (se não o país).

Por que a oposição foi bem-sucedida em Bangladesh e não na Venezuela? Há muitas diferenças entre os dois países: o poder institucional do governo, o tamanho das respectivas reservas de petróleo, a proximidade com os Estados Unidos. Mas talvez a única diferença que importa, no final, seja o tempo. Maduro pode muito bem estar a apenas alguns dias, semanas ou meses de sofrer o

mesmo destino de Sheikh Hasina. Talvez, ele simplesmente não saiba ainda.

> A surpresa de Bangladesh

Sheikh Hasina provavelmente pensou que era intocável. Como primeira-ministra de Bangladesh por muito tempo, ela estava bem protegida por sua linhagem — seu pai liderou o movimento de independência contra o Paquistão, tornou-se o primeiro presidente do país e é conhecido como o “pai da nação”. Ela também tinha motivos para acreditar que seu mandato foi bem-sucedido. A economia de Bangladesh tem estado em uma trajetória ascendente [nos últimos 15 anos](#) (incluindo o ano da COVID de 2020). O acesso à educação, à saúde das crianças e à expectativa geral de vida [melhoraram](#) durante esse período. A taxa de pobreza foi [reduzida pela metade](#).

Depois, havia a perspicácia geopolítica de Hasina. Ela tinha um forte aliado no governo de Narendra Modi, na vizinha Índia, e também conseguia manter relações relativamente boas com a China.



Depois, havia a perspicácia geopolítica de Hasina. Ela tinha um forte aliado no governo de Narendra Modi, na vizinha Índia, e também conseguia manter relações relativamente boas com a China.

Claro, houve pessimistas. Ela colocou vários desses críticos domésticos atrás das grades. O que ela não esperava era uma contestação bem-sucedida da juventude do país. Primeiro de tudo, um grande número de jovens de Bangladesh deixou o país. [Mais de 50.000 estudantes](#) foram para o exterior para receber educação superior em 2023. No outro extremo do espectro socioeconômico, mais de 15.000 migrantes de Bangladesh, desproporcionalmente jovens, fizeram a angustiante travessia do [Mediterrâneo para a Itália em 2022](#). “Fuga de cérebros” é [um refrão constante](#) na mídia de Bangladesh, enquanto os comentaristas tentam descobrir como reter talentos locais.

Certamente Hasina também estava preocupada com a fuga de cérebros. Mas cada jovem que deixava o país também era um jovem a menos disponível para protestar contra as políticas do governo nas ruas. Com uma taxa de desemprego [acima de 15%](#), os jovens de Bangladesh ficaram compreensivelmente frustrados por não conseguirem aproveitar o crescimento econômico que o país desfrutou nos últimos 15 anos. Uma opção é partir para pastos mais verdes no exterior. Outra opção para os bem-educados é o setor de serviço público. Os empregos no governo pagam razoavelmente bem e vêm com considerável segurança no emprego. Exceto que o governo vinha tentando há anos reduzir o número de vagas disponíveis alocando quase um terço de todas as posições para parentes de veteranos que lutaram na guerra do país pela independência em 1971. Lembre-se: o pai da primeira-ministra era um lutador pela independência, e esta era uma forma de recompensar aquele importante eleitorado.

Os estudantes bloquearam efetivamente esse novo sistema de clientelismo em 2018, mas o governo tentou novamente este ano. Os jovens retornaram às ruas. No início de agosto de 2024, [dezenas de pessoas foram mortas e centenas ficaram feridas em protestos anti-governamentais renovados](#). Embora a Suprema Corte tenha diluído significativamente a proposta de cota, os estudantes mantiveram a pressão até que a primeira-ministra renunciou e fugiu do país.

Foi um resultado surpreendentemente similar ao que aconteceu na Ucrânia em 2014, quando jovens, entre outros, se manifestaram no centro de Kiev contra um presidente corrupto, Viktor Yanukovich, que também havia criado um forte vínculo com um líder autoritário vizinho. Yanukovich posteriormente fugiu da cena de seus crimes e correu para a Rússia, para uma casa que ele comprou por supostos US\$ 50 milhões.

Claro, ninguém quer copiar o que aconteceu depois na Ucrânia: guerra, perda de território, devastação econô-

mica. Para evitar o destino da Ucrânia, Bangladesh terá que depender muito dos esforços de seu novo governo de transição.

Felizmente, Bangladesh montou uma equipe talentosa e inclusiva, incluindo o Primeiro Ministro Interino Muhammad Yunus, o economista e fundador do Banco Grameen. Yunus tinha sido alvo do governo Hasina, que o acusou de peculato e outros crimes. Mas o fundador do movimento de microcrédito era culpado principalmente por não se dar bem ou não concordar com a administração Hasina.

Outros membros do governo interino incluem dois líderes de protesto estudantil, Nahid Islam e Asif Mahmud, uma conquista notável, já que os jovens raramente conseguem posições de poder durante transições desse tipo. Outros membros [incluem](#) “ativistas de direitos humanos, especialistas jurídicos, dois ex-diplomatas, um médico e um ex-governador do banco central de Bangladesh”. O principal trabalho dessa variedade revigorante de não políticos será estabilizar o país e se preparar para novas eleições.

> **A não surpresa venezuelana**

Não são apenas os estudantes que estão fartos de Nicolás Maduro e seus modos cleptocráticos. De acordo com pesquisas pré-eleitorais e resultados pós-eleitorais coletados nas delegacias pela oposição, mais de 70% da população quer destituir o sucessor de Hugo Chávez. A surpresa venezuelana é que Maduro se declarou vencedor com o número (para ele) plausível de 51% dos votos.

Houve protestos na Venezuela. Assim como em Bangladesh, o governo tentou suprimir a oposição matando pessoas ([mais de uma dúzia](#)) e jogando-as na prisão ([pelo menos 2.000](#)). Os vídeos que o governo divulgou para acompanhar sua campanha “toc, toc” de prender seus críticos têm [trilhas sonoras de filmes de terror](#) com letras como: “Se você fez algo errado, então ele virá! [...] Ele vai te procurar! É melhor você se esconder!” A oposição [convocou](#) um dia internacional de protesto em 17 de agosto, que esperava atrair muitos dos cerca de oito milhões de venezuelanos que vivem fora do país.

Mas aqui estão as duas principais diferenças com Bangladesh. Na Venezuela, a oposição é baseada em partidos. Ela é criada para concorrer em uma eleição, não para derrubar um governo ilegítimo. Ela sabe como mobilizar a população para votar, não aumentar o calor nas ruas. Ao contrário de outros movimentos de oposição bem-sucedidos, como os da Ucrânia, Sérvia ou Filipinas, ela não preparou uma campanha de não conformidade que incluía greves, bloqueios de estradas e coisas do tipo.

Segundo, a oposição na Venezuela é liderada por pessoas idosas. O candidato presidencial, Edmundo González,

>>

tem 74 anos. O poder real, no entanto, está com María Corina Machado, uma ágil mulher de 56 anos que já passou pelo bloco político várias vezes. Ela é experiente nas formas de protesto e conhece os limites da oposição na Venezuela.

Os jovens em Bangladesh, por outro lado, são neófitos. Essa, ao que parece, era a força deles. Eles possuíam o poder da ignorância. Eles não sabiam que seus protestos eram quixotescos. Eles protestaram e protestaram e continuaram a protestar mesmo depois que a Suprema Corte praticamente jogou fora o odiado sistema de cotas. Eles se reuniram em torno de sua única demanda – Hasina fora – mesmo que não achassem que [isso realmente aconteceria](#). Os protestos em Bangladesh foram alimentados por um idealismo ilimitado. Os protestos na Venezuela são inspirados pelo realismo experiente. Às vezes, o coração é mais bem-sucedido do que a cabeça.

> **Acabou o tempo?**

Na noite anterior à fuga de Sheikh Hasina para Bangladesh, seu chefe do exército [decidiu não implementar](#) uma ordem para atirar em civis a fim de impor um toque de recolher. Essa recusa de Bartleby em se envolver – nós, o Exército, preferiríamos não fazê-lo – foi provavelmente o fator decisivo para derrubar o governo. Enquanto isso, o exército continua sendo a força por trás do governo interino.

Mas lembre-se: foi a determinação dos estudantes que efetivamente forçou o exército de Bangladesh a mudar de lado. Até agora, não há sinais de que o exército venezuelano esteja planejando fazer algo semelhante. A oposição emitiu uma carta aberta aos militares, pedindo que abandonassem Maduro. Mas isso aconteceu apenas um dia depois que o líder venezuelano apareceu em público com oficiais militares. “Sempre leais”, [eles gritavam](#) em uníssono: “Nunca traidores”.

A oposição venezuelana deve jogar esse jogo interno mesmo que mantenha a pressão nas ruas. [Jack Nicas escreve](#) no *The New York Times*:

“Entre 1950 e 2012, quase dois terços dos 473 líderes autoritários que perderam o poder foram removidos por pessoas de dentro do governo, de acordo com uma análise de Erica Frantz, professora de ciência política na Universidade Estadual de Michigan que estuda autoritarismo. Para combater essa ameaça, os autocratas frequentemente tentam o que os cientistas políticos chamam de “coup-proofing” [à prova de golpe]: eles dividem as forças de segurança em várias unidades fragmentadas. Isso pode impedir que qualquer ramo acumule muito poder — e também fazer com que as forças espionem umas às outras. Isso, disseram os analistas, descreve a Venezuela.”

Maduro deveria saber que ele é “à prova de golpe” apenas até certo ponto. Chega um momento na vida política de quase todos os autocratas quando eles, assim como Nicolae Ceausescu em dezembro de 1989, olham para o que acreditam ser uma multidão de seus apoiadores e, em vez de receber os aplausos que esperam, ouvem apenas vaias. Quando isso acontece, é melhor que tenham um helicóptero esperando com um piloto leal de prontidão. ■

Contato com: John Feffer <johnfeffer@gmail.com>

* Este artigo é uma parceria entre a Diálogo Global e a Foreign Policy in Focus [Política Externa em Foco], um projeto do Institute for Policy Studies [Instituto de Estudos de Políticas Públicas] (EUA).

> Justiça climática global e libertação palestina

por **Hamza Hamouchène**, Instituto Transnacional, Holanda



Crédito: Markus Spiske, 2019, no Pexels.

Na Cúpula do Clima COP 28, realizada em Dubai em dezembro de 2023, o presidente colombiano Gustavo Petro [declarou](#): “Genocídio e atos bárbaros desencadeados contra o povo palestino são o que aguardam aqueles que estão fugindo do sul por causa da crise climática... O que estamos vendo em Gaza é um ensaio para o futuro.”

Ele está certo. O genocídio em Gaza pode ser um prenúncio de coisas piores que virão se não nos organizarmos e lutarmos vigorosamente. O império e suas classes dominantes globais estariam dispostos a sacrificar milhões de corpos negros e pardos, bem como pessoas brancas da classe trabalhadora, para que possam continuar acumulando capital, acumulando riqueza e mantendo sua dominação.

> Transferindo custos para a natureza

O capitalismo sempre foi um sistema de custos não pagos. Os custos são sistematicamente externalizados e transferidos para outro lugar: para mulheres e cuidadores em termos de reprodução social que são amplamente não pagos; de áreas urbanas para áreas rurais; do Norte para o Sul, onde zonas de sacrifício são criadas, uma dinâmica facilitada pela desumanização, alteridade e racismo; e externalizando custos para a natureza e tratando-a por séculos como uma entidade para dominar e saquear, se não para mercantilizar, e também considerando-a como um sumidouro de resíduos. Isso levou à crise ecológica e climática.

Os impactos da crise climática global que estamos atravessando são diferenciados ao longo das linhas de classe, gênero e raça, bem como entre áreas urbanas e rurais, e núcleos imperiais/Norte Global versus Sul Global/periferias. Eles também são distinguíveis ao longo das linhas colonizador-colonizado.

Palestinos e israelenses habitam o mesmo terreno, mas há uma enorme disparidade em impacto e vulnerabilidade porque o colonialismo de colonos israelense se apoderou, saqueou e controlou a maioria dos recursos, desde terra e água até energia, e desenvolveu, nas costas dos palestinos e com o apoio ativo das potências imperialistas, a tecnologia que ajudará a aliviar alguns dos impactos da crise climática.

> Justiça climática global e libertação palestina

Pode parecer deslocado ou até mesmo inapropriado falar sobre questões climáticas e ecológicas no contexto do genocídio em Gaza, mas eu argumentaria que há interseções importantes entre a crise climática e a luta palestina pela libertação. Na verdade, não haverá justiça climática global sem a libertação da Palestina: a libertação palestina também é uma luta para salvar a Terra e a humanidade. Isso não é mera propaganda enganosa, como explico nos parágrafos abaixo.

Primeiro, a Palestina hoje demonstra perfeitamente a feiura do sistema atual e reúne suas contradições mor-
>>

tais. Ela também mostra a tendência de se mover em direção ao uso de violência cruel e aberta em larga escala. Gramsci disse uma vez: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem.”

Segundo, o que está acontecendo hoje em Gaza não é apenas genocídio. Não tenho certeza se temos a terminologia correta para descrever toda a destruição e morte desencadeadas hoje sobre os palestinos. Não obstante essa observação, o que também está acontecendo é [ecocídio](#) ou o que alguns descreveram como “holocídio”, que é a aniquilação de todo um tecido social e ecológico.

Terceiro, a guerra genocida em Gaza, juntamente com outras guerras, também destaca o papel da guerra e do complexo militar-industrial na exacerbação da crise ecológica e climática. O exército dos EUA por si só é a [maior instituição emissora do mundo](#), maior do que países ocidentais inteiros, como Dinamarca ou Portugal. Nos primeiros dois meses da guerra em Gaza, as emissões de Israel foram [maiores](#) do que as emissões anuais de pelo menos vinte países. Cerca de metade delas foram devidas ao transporte de armas pelos EUA para Israel. Os EUA não são apenas um participante ativo no genocídio, mas também um contribuinte significativo para o ecocídio que está ocorrendo na Palestina.

Quarto, e este é meu principal argumento (com base no trabalho de Adam Hanieh e Andreas Malm), não podemos dissociar a luta contra o capitalismo fóssil e o imperialismo liderado pelos EUA da luta para libertar a Palestina. Israel, como uma colônia de colonos euro-americana no Oriente Médio, é um posto avançado imperial. Alexander Haig, Secretário de Estado dos EUA sob Richard Nixon, uma vez [disse de forma extremamente direta](#): “Israel é o maior porta-aviões americano do mundo que não pode ser afundado, não transporta nenhum soldado americano e está localizado em uma região crítica para a segurança nacional americana”.

> O Oriente Médio e o regime fóssil global

A importância do Oriente Médio na economia capitalista global não pode ser exagerada. Hoje, a região não só desempenha um papel importante na mediação de novas redes globais de comércio, logística, infraestrutura e finanças, como também é um ponto nodal fundamental no regime global de combustíveis fósseis e desempenha um papel integral na manutenção do capitalismo fóssil intacto por meio de seus suprimentos de petróleo e gás. Na verdade, a região continua sendo o eixo central dos mercados mundiais de hidrocarbonetos, com uma [participação total da produção global de petróleo](#) em torno de 35% em 2022. Israel também tem buscado desempenhar um papel como um centro de energia no Mediterrâneo oriental (por meio de campos de gás recém-descobertos, como [Tamar e Leviathan](#)): uma aspiração reforçada pelas tentativas da UE de diversificar suas fontes de energia para longe da Rússia no contexto da guerra na Ucrânia. O genocídio que Israel está reali-

zando não foi obstáculo ao conceder licenças a várias empresas de combustíveis fósseis para explorar mais gás nas primeiras semanas da guerra.

Dois pilares principais formam o edifício que é a hegemonia dos EUA na região hoje: Israel e as monarquias do Golfo ricas em petróleo. Israel, como o aliado regional número um, desempenha um papel fundamental na manutenção da dominação do império liderado pelos EUA na região (e além), bem como o controle do império sobre os vastos recursos de combustíveis fósseis, principalmente no Golfo e no Iraque. É dentro dessa estrutura que precisamos entender os esforços feitos pelos EUA e seus aliados na integração política e econômica de Israel na região a partir de uma posição dominante: tecnologia pioneira, armamento e material de vigilância, mas também dessalinização de água, produção de alimentos por meio do agronegócio, energia, etc.

Os acordos de normalização entre Israel e outros países árabes remontam aos Acordos de Camp David de 1978 entre Israel e Egito e ao tratado de paz entre Jordânia e Israel em 1994. Uma segunda onda de normalização, os [Acordos de Abraham](#) mediados por Trump, ocorreram em 2020 com os Emirados Árabes Unidos (EAU), Bahrein, Sudão e Marrocos.

Antes dos ataques de 7 de outubro, esperava-se que a Arábia Saudita e Israel, sob o patrocínio dos EUA, assinassem um acordo semelhante consolidando os projetos imperiais dos EUA para a região. Isso teria liquidado, de uma vez por todas, a causa palestina. A luta pela libertação da Palestina não é, portanto, meramente uma questão moral e de direitos humanos, mas é fundamental e essencialmente uma luta contra o imperialismo liderado pelos EUA e o capitalismo fóssil global. Não haverá justiça climática sem o desmantelamento da colônia de colonos sionistas profundamente racistas de Israel e sem a derrubada dos regimes árabes reacionários, principalmente as monarquias do Golfo.

A Palestina é uma frente global contra o colonialismo, o imperialismo, o capitalismo fóssil e a supremacia branca. É responsabilidade de todos nós, de ativistas da justiça climática a organizações antirracistas e agitadores anti-imperialistas, apoiar ativamente os palestinos em sua luta de libertação e defender seu direito inegável de resistir por todos os meios necessários!

A tarefa diante de nós é muito desafiadora, mas como Fanon uma vez nos exortou a fazer, devemos, a partir da relativa obscuridade, descobrir nossa missão, cumpri-la e ter certeza de não traí-la. ■

Contato com:
Hamza Hamouchène <hamza.hamouchene@gmail.com>

* Esta é uma versão levemente editada de um discurso que Hamza Hamouchène fez em um painel no Black Lives Matter Liberation Festival [Festival Libertação Vidas Negras Importam], realizado em 13 de julho de 2024 em Londres.

> Movimentos sociais na Espanha:

duas décadas de transformações

por **Marta Romero-Delgado** e **Andy Eric Castillo Patton**, Universidade Complutense de Madrid, Espanha, e **Gomer Betancor Nuez**, Universidade Nacional de Educação à Distância, Espanha



Crédito: Breno Bringel, mural da faculdade de ciência política e sociologia da universidade Complutense de Madrid, Espanha, 2024.

Na última década, os estudos sobre movimentos sociais na Espanha floresceram e passaram a oferecer novas perspectivas, destacando o fluxo e refluxo de uma rede complexa de vozes e agendas divergentes. Um número crescente de estudos se concentrou principalmente no movimento “Indignados” (ou 15M) e sua gama de resultados após 2011-2012. No entanto, há uma contrastante falta de pesquisas lidando com as principais transformações vivenciadas por outros movimentos sociais que foram centrais ou periféricos às mobilizações dos Indignados.

Por essa razão, e adotando uma perspectiva interdisciplinar, nos perguntamos quais diálogos e transformações os movimentos sociais enfrentaram na Espanha nas últimas duas décadas. Olhando para suas origens e reconfigurações, editamos um [livro colaborativo](#). Nele, ativismos feministas e LGBTQ+ espanhóis dialogam com movimentos trabalhistas e antirracistas, sem esquecer os terríveis desafios dos legados antiguerra e pacifistas ou a perturbadora remontagem de movimentos de extrema direita e sua conexão com a dinâmica

parlamentar em mudança que implica uma “europeização” da política espanhola.

> Visões interdisciplinares, dialógicas e globais

Os estudos de movimentos sociais constituem um campo onde a sociologia, a ciência política, a antropologia e a história, entre outras ciências sociais como a psicologia social ou a filosofia aplicada, reúnem diferentes cenários de problemas e análises. No entanto, nosso livro considera que os estudos de movimentos sociais devem considerar as vozes e os testemunhos de ativistas e movimentos de uma perspectiva diacrônica. Assim, no volume que editamos, a proposta interdisciplinar oferece diálogos com autorias situadas que se aprofundam no exame histórico e político. Embora livros anteriores integrem essa abordagem na Europa, a visão dialógica que fornecemos por meio deste projeto permite a possibilidade de reunir estudos sobre memórias, legados e – mais especificamente – transformações reflexivas e antecipações. Além disso, alguns dos capítulos oferecem análises da perspectiva da pesquisa ativista.



Embora a maioria dos autores tenha formação acadêmica, suas pesquisas se conectam com experiências de vida envolvendo observações de como teoria e prática se fundem em realidades em evolução e preocupações futuras sobre gênero, sexo, raça, direitos trabalhistas, conflito social e discursos de paz na Espanha. Além disso, nosso livro se concentra na recente europeização tanto da agenda quanto das características dos movimentos sociais e seu estudo na Espanha; isso também indica uma globalização do tópico. Os diálogos concorrentes dos estudos de caso selecionados destacam a conexão da política contenciosa espanhola com tendências regionais e globais que nosso livro analisa por meio de uma abordagem interdisciplinar.

> **Movimentos sociais na Espanha**

Para entender os tecidos globais, é preciso considerar a criação de fios locais. Na Espanha, a longa sombra da ditadura de Franco (1936-1975) influenciou a transição para a democracia dirigida pela elite e a dinâmica posterior da política e das políticas espanholas. O legado autoritário do sistema político e a transição política promulgada de cima condicionaram o contexto e o ecossistema nos quais os movimentos sociais se desenvolveram na Espanha por várias décadas. Assim, a maioria dos movimentos sociais espanhóis tem suas raízes profundamente enraizadas nos legados formais e informais da ditadura. Somente na virada do século ou mais recentemente houve uma mudança em direção a atores mais extra-institucionais. Desde então, vimos o fim do serviço militar obrigatório e a reivindicação do direito das mulheres ao aborto nos primeiros anos deste século, juntamente com outras mobilizações como o reconhecimento dos direitos LGBTQ+ ou o reconhecimento das vítimas da ditadura no início da década de 2010. No entanto, movimentos e partidos políticos de extrema direita recentes representam uma reformulação dos apoiadores pós-franquistas com uma agenda ultranacionalista e ultraconservadora que está atualmente conectada a redes globais na Europa e na América.

Portanto, nosso livro considera a influência de culturas políticas passadas e da política na Espanha como uma base para entender os diferentes passos dados por movimentos sociais divergentes, mas relevantes, antes e durante sua europeização e globalização. Os processos de democratização na Espanha enfrentam uma agenda internacional neoliberal e redutos pós-franquistas dentro do estado e das elites político-econômicas que tendem a ser ignorados por algumas análises externas.

> **Descontinuidades e percursos na investigação atual e futura**

A “era de ouro” que o estudo dos movimentos sociais na Espanha está vivenciando atrai acadêmicos nacionais e internacionais e está construindo o campo.

O movimento 15M abriu a possibilidade de entender a construção de processos e alianças entre movimentos sociais que encorajaram os cidadãos a participar e solicitar reformas democráticas além do processo institucional. Além disso, marcou uma virada na academia. Esse fenômeno colocou a Espanha no centro da análise mundial dos movimentos sociais, tanto pela grande repercussão do movimento quanto pela grande atração que ele tem por acadêmicos de movimentos sociais do exterior, que colocaram o caso espanhol sob escrutínio.

Diferentes projetos de pesquisa vêm construindo um campo de estudo no qual pesquisadores espanhóis internacionalizaram seus perfis e se aproximaram de redes europeias. Essa europeização convergente e internacionalização do estudo dos movimentos sociais na Espanha paradoxalmente contribui para fortalecer os diálogos regionais e globais com outros campos de pesquisa no Sul Global, particularmente na América Latina. Nesse sentido, nossa contribuição ao campo representa um ponto de encontro para abordagens locais e regionais sobre realidades e desafios globais para os movimentos sociais. Assim, combinado com a perspectiva de acadêmicos e ativistas que estudam os movimentos sociais nos quais estão envolvidos, esse conhecimento diverso deu origem a um livro no qual a teoria encontra a prática reflexiva.

Embora nossa proposta não seja tão inovadora quanto algumas das novas abordagens para os debates atuais sobre como estudar movimentos sociais, pretendemos construir uma contribuição honesta e rigorosa para o estudo desse assunto, levando em consideração de onde e para quem escrevemos. Os principais resultados que oferecemos no livro são a possibilidade de um primeiro contato com um estudo diacrônico e dialógico dos movimentos sociais na Espanha e um manual para expandir o conhecimento prévio em um ou outro movimento, conjunto de alianças ou expressões locais de tendências globais. Além disso, nós, os coeditores, trabalhamos duro para tornar o livro disponível via [Open Access](#).

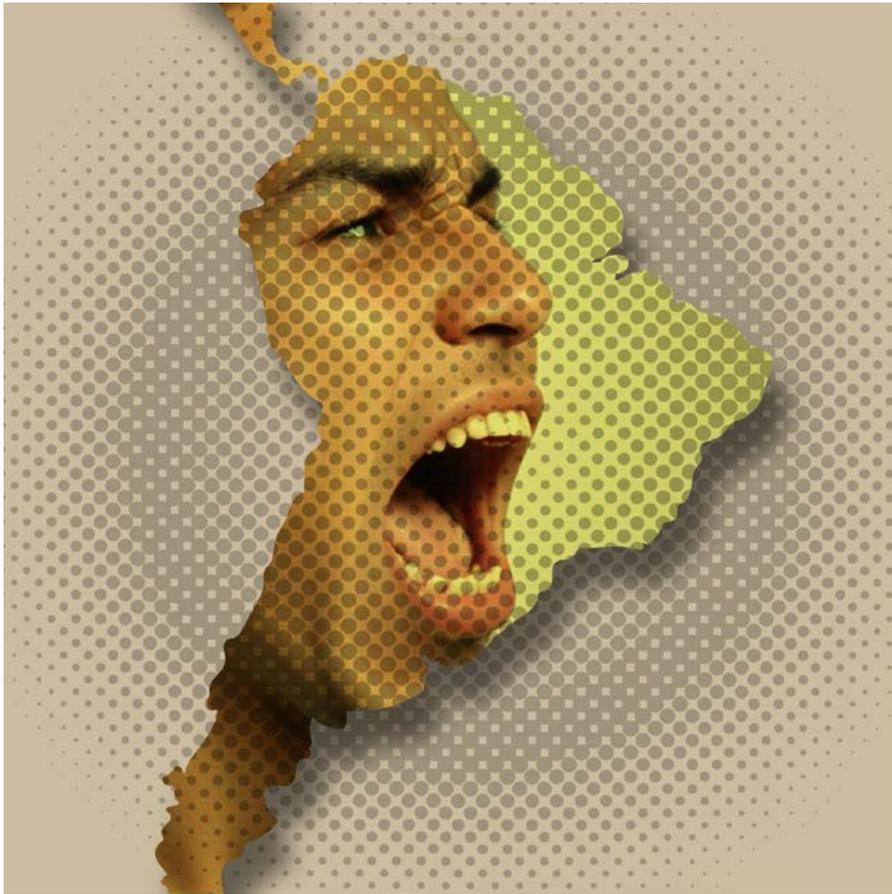
Escrever em espanhol representa um desafio evidente para a disseminação de nossos resultados e isso vale para todas as publicações produzidas em um contexto marcado pelo inglês não apenas como língua de trabalho, mas também como forma de pensar e enquadrar problemas, conflitos e atores políticos e sociais. Esse desafio afeta particularmente acadêmicos e ativistas de países em periferias globais e regionais. Esperamos que ele seja traduzido em um futuro não muito distante para facilitar o acesso ao seu conteúdo para públicos que não falam espanhol e, enquanto isso, que as ressonâncias com outras realidades e línguas da *Diálogo Global* possam ajudar a tornar esses diálogos possíveis. ■

Contato com:
Marta Romero-Delgado <martaromerodelgado@ucm.es>
Andy Eric Castillo Patton <aecastillopatton@ucm.es>
Gomer Betancor Nuez <gbetancor@poli.uned.es>

> Reconstruindo as teorias da dependência

por **André Magnelli**, Ateliê de Humanidades, **Felipe Maia**, Universidade Federal de Juiz de Fora, e **Paulo Henrique Martins**, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

| Ilustração: Arbu, 2024.



Reconhecer a relevância e a importância das teorias da dependência no contexto atual implica continuar a pesquisa que trata da sociologia dos intelectuais, da história e circulação de ideias e da revisão das teorias da modernização em regiões periféricas e semiperiféricas. Além disso, isso deve fazer parte de uma compreensão ampla da modernidade e dos processos sociais globais. Mas é importante não generalizar as condições de emergência de tais teorias produzidas fora do centro europeu e norte-americano como se fossem produções intelectuais comuns a todas as sociedades do Sul Global. Tal generalização apenas diminuiria o mérito dos intelectuais de sistemas semiperiféricos que buscaram teorizar sobre a modernização a partir de sociedades nacionais que vivenciaram importantes processos de industrialização e formação de classes médias e trabalhadoras politicamente organizadas em partidos e sindicatos. Foi como

uma experiência localizada na história latino-americana que as teorias da dependência puderam se tornar uma referência para a expansão da crítica da modernização para diferentes regiões do planeta.

> Uma perspectiva com raízes latino-americanas

Na segunda metade do século XX, a América Latina foi um terreno fértil específico para teorias inovadoras que buscavam questionar teorias de modernização e criar alternativas que pudessem produzir modelos de industrialização independentes. Esse processo começou com as teses estruturalistas-industriais propostas pelos economistas da CEPAL e foi desenvolvido posteriormente nas décadas de 1960 e 1970 por sociólogos latino-americanos que estenderam o debate da CEPAL para o campo da política. Naquela época, a crítica intelectual estava se expandindo, impulsionada por reações ao imperialismo e

>>

à dependência, ao longo de diferentes linhas de reflexão. Envolveu diálogos com mobilizações de povos indígenas, afrodescendentes e mulheres dentro da crítica à colonialidade e em favor da libertação.

As teorias da dependência, elaboradas entre as décadas de 1950 e 1970, representam uma das contribuições intelectuais mais originais da América Latina para a compreensão dos processos de mudança social no século XX. Sua preocupação central era a natureza “desigual e combinada” da expansão do capitalismo e das formas sociais e políticas da modernidade, tendo a história latino-americana como referência empírica. Ao substituir as perspectivas das teorias da modernização (então dominantes nas ciências sociais e na economia) e se opor às teses propagadas pelo marxismo soviético, elas permitiram uma compreensão das consequências e limites das alternativas hegemônicas apresentadas tanto pela estratégia nacional-desenvolvimentista quanto pelos programas de modernização conservador-autoritários. Além disso, elas destacaram as múltiplas conexões entre atores políticos locais e os sistemas globais de circulação de capital.

A adoção de perspectivas históricas e frequentemente comparativas favoreceu um exame das relações entre os projetos de “civilização” ou “superação do atraso” das elites latino-americanas em termos de modelos euro-americanos e a reprodução de sua posição heterônoma, desde o início dos processos de construção da nação e do estado no século XIX. Além de estudar as relações de desigualdade e dependência no sistema internacional, novos insights foram obtidos em temas envolvendo a colonialidade como uma característica estruturante dessas formações sociais, incluindo fatores de “colonialismo interno”. As sociedades latino-americanas podem ser entendidas tanto em seus próprios termos quanto de uma perspectiva comparativa junto com outras formações periféricas, não como formas incompletas de modernização.

> **Reconstrução intelectual**

Em nosso livro recentemente editado [Dependency Theories in Latin America: An Intellectual Reconstruction](#) [Teoria da Dependência na América Latina: Uma reconstrução intelectual], oferecemos uma visão geral das teorias da dependência na América Latina. O volume abrange elementos de sua emergência intelectual, condições de recepção em diferentes contextos, contribuições para a teoria sociológica e possibilidades de atualização por meio de tópicos contemporâneos, como crítica política, crise ambiental e climática ou os problemas do pós-colonialismo. Buscamos, portanto, incorporar essa contribuição considerável à história e ao repertório da teoria social contemporânea, auxiliando no entendimento da pluralidade de trajetórias no desenvolvimento da teoria social ao redor do globo e da originalidade da perspectiva latino-americana. Parte do que foi produzido no período inevitavelmente traz as marcas da época – de problemas

intelectuais, políticos e sociais que pertencem a situações conjunturais. No entanto, as relações de dependência e desigualdade têm uma história e permanência e são postas e repostas no nível do sistema mundial ou do capitalismo global, de modo que essa reconstrução intelectual também lida com problemas do presente.

> **Dos processos de independência nacional à CEPAL**

A centralidade da América Latina na organização do pensamento alternativo sobre a modernização global não foi meramente fortuita. A maioria dos países da região experimentou seus processos de independência nacional no século XIX, diferentemente dos países asiáticos e africanos, que não o fizeram até o século XX. A emancipação política precoce dos países latino-americanos teve um impacto no surgimento de um importante movimento estético e intelectual que começou com o estabelecimento de faculdades de direito e engenharia, e também movimentos literários e artísticos, que se consolidaram mais no século XX com os movimentos modernistas e nacionalistas.

Já havia um histórico de reflexão sobre a formação das sociedades nacionais no continente desde as primeiras décadas do século quando, após a Segunda Guerra Mundial, uma mobilização significativa de economistas latino-americanos começou a se movimentar entre a Europa e os Estados Unidos. Eles descreiam da tese liberal de que o livre comércio internacional ajudaria a gerar comércio igualitário entre os países manufatureiros no centro e os países produtores de matérias-primas na periferia. Também impactados pela grandiosidade do Plano Marshall, que visava reconstruir a Europa após a Guerra, eles entenderam a importância de pensar o planejamento estatal para alavancar a modernização da América Latina.

Um marco nessa história é a formação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) em 1948, sediada em Santiago do Chile. Essa instituição, que abrigava um grupo de cientistas sociais com formações diversas, embora particularmente nas áreas de economia e sociologia, era a referência mais proeminente nesse circuito intelectual, que se expandia apesar da resistência das agências de segurança dos EUA. Da década de 1950 à década de 1980, a CEPAL desempenhou um papel estratégico na formação do modelo desenvolvimentista centrado no papel do Estado como principal agente da modernização. Entre seus principais formuladores estavam o economista chileno Raúl Prebisch e o economista brasileiro Celso Furtado.

> **A circulação de ideias**

Um objetivo importante do nosso livro é mostrar o potencial da circulação de intelectuais e ideias na emancipação de uma perspectiva teórica inovadora na segunda metade do século XX, o que foi particularmente evidente

>>

na América Latina. Atualmente, as ciências sociais estão se tornando cada vez mais globais e cresce a consciência de que não há uma trajetória histórica única para as sociedades modernas. Portanto, examinar a formação e o desdobramento de um campo de debate e teorização tão rico e diverso quanto aquele que surgiu em torno das teorias da dependência em uma região periférica ou semiperiférica na produção de conhecimento global ajuda a entender aspectos da história contemporânea que geralmente não são visíveis. A formação na América do Sul de um circuito de ideias, instituições e intelectuais com reconhecida criatividade e autonomia desafia as imagens usuais de produção de conhecimento nas ciências sociais. Essas tendem a retratar uma simples divisão de trabalho em que o Sul Global coleta dados sobre os grandes processos de transformação social e o Norte os teoriza, produzindo o repertório de conceitos e teorias que se tornam a medida do conhecimento das sociedades sobre si mesmas.

Foi justamente no confronto com a teorização hegemônica que essa intelectualidade latino-americana produziu as condições para uma reflexão autônoma em meados do século XX. Por um lado, isso a torna parte de uma história intelectual latino-americana que tem sua própria riqueza e densidade reflexiva. Os esforços das elites locais para criar universidades na região e refletir sobre as características específicas de seus processos de descolonização e suas tentativas de organizar sociedades nacionais, cujos expoentes incluíam José Martí, José Carlos Mariátegui, Juan Bautista Alberdi, Domingos Sarmiento e Joaquim Nabuco, entre muitos outros, são uma parte dessa história de longa data. Por outro lado, o circuito específico de ideias que surgiu na região em meados do século XX tinha suas próprias características particulares.

A confluência de intelectuais latino-americanos com diferentes origens nacionais, especializações disciplinares e perfis políticos no mesmo campo de debate foi importante. Ajudou a criar uma rede muito original de produção associada que se desdobrou pelos países da região. Talvez tenha sido a primeira vez que a América Latina se posicionou como um centro intelectual global relevante e original, capaz de projetar sua influência em outros contextos intelectuais. Essas são questões que aparecem com destaque em vários capítulos do nosso livro, que buscam elaborar como ocorre a circulação de intelectuais na história das ideias na América Latina.

Reconstruir esses caminhos nos ajuda a entender as dimensões verdadeiramente sociais e coletivas da produção das teorias da dependência e a sofisticação e complexidade da circulação de ideias no Sul Global. Ao mesmo tempo, os intelectuais envolvidos mantiveram canais constantes de comunicação com os centros hegemônicos de produção de conhecimento, configurando circuitos mais amplos do que apenas o regional. Muitos fatores contribuíram para isso, incluindo o estabelecimento da CEPAL como uma das cinco Comissões Econômicas da ONU, tornando-a parte do sistema de instituições internacionais, mas também a presença de intelectuais europeus e norte-americanos na região, a pesquisa e as viagens de estudo de cientistas sociais latino-americanos a universidades estrangeiras e a publicação e recepção de seus trabalhos em outros contextos. Esses são temas adicionais que são reconstruídos em vários capítulos do nosso livro. ■

Contato com:

André Magnelli <prof.andremagnelli@gmail.com>

Felipe Maia <felipe.maia@ufff.br>

Paulo Henrique Martins <paulohenriquemar@gmail.com>

